



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Teixeira de Freitas - BA

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

SUMÁRIO

	PÁGINA
CONTRATO Nº 3-698-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS	1
CONTRATO Nº 3-699-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS	9
CONTRATO Nº 3-700-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS	16
CONTRATO Nº 3-701-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS	23
CONTRATO Nº 3-702-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS	30
CONTRATO Nº 3-704-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS	37
CONTRATO Nº 3-705-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS	45
CONTRATO Nº 3-706-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS	52

**Prefeitura Municipal de
Teixeira de Freitas**

CONTRATO Nº 3-698-2017 CREDENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS E DCV PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, nos seguintes termos:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - SMSTF, com sede na Avenida João Paulo II, nº 680, Bairro Vila Caraípe, CNPJ 13.843.896/0001-12, doravante designado **CONTRATANTE** e representado pelo Secretário Geral **RODRIGO KUADA SOARES**, brasileiro, CPF nº 043.200.526-92, carteira de Identidade 29.553.915-X, conforme **Delegação de Competência**, e de outro lado, a empresa **DCV PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 27.082.439/0001-67, com sede na Av. Carter, nº 101, Bairro Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas-BA, neste ato representada por sua representante legal, a Sra. **CAROLINE NAYARA NOVAIS LINS DE QUEIROZ**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 901.902.115-04, portadora da Carteira de Identidade nº 52.565.976-6 SSP SP, de conformidade com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, o art. 218 da Lei Delegada 180, de 20/01/2011; art. 85 da Lei Complementar 64/2002; as normas gerais da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e suas posteriores modificações; o reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no "caput" do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, formaliza a celebração do presente Contrato de Credenciamento para prestação de serviços de saúde, e se declara devidamente autorizado de conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Ato Constitutivo, têm por si justo e acordado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

1. Constitui objeto do presente Contrato a **seleção de pessoas físicas ou jurídicas para credenciamento de serviços médicos especializados exclusivamente como plantonistas juntos às unidades de saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município: Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Hospital Municipal Materno Infantil (UMMI) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) relacionados no anexo I deste edital pelo CONTRATADO**, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no **Sistema Único de Saúde (SUS)**, doravante denominados simplesmente usuários, que passam a usufruir os serviços ora contratados.
 - 1.1. Pela prestação dos Serviços descritos no item anterior, o **CONTRATADO** deverá oferecer as seguintes especialidades e serviços:

ITEM	PRODUÇÃO PLANTÕES MÉDICOS/ PROCEDIMENTOS				
	ESPECIALIDADE	PERFIL	QTDE	VLR UNT	TOTAL
41	CLÍNICA MÉDICA	PLANTÕES 24 HRS – SEG. À SEX	5	R\$ 1.700,00	R\$ 8.500,00
43	VISITA CLINICA MEDICA	PLANTÕES	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 12.900,00	
SETE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS.					

- 1.2. O **CONTRATADO** declara que aceita prestar os serviços, objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeitas a eventuais alterações que venham a ser introduzidas e que se presumirão conhecidas, pelo **CONTRATADO**, quando publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal.
- 1.3. Os serviços objeto deste contrato não serão prestados em regime de exclusividade pelas partes, que poderão firmar outros contratos da mesma natureza com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

1. Para fins deste Contrato de Adesão considera-se:
 - 1.1. **Usuário ou paciente:** são os indivíduos vinculados ao Sistema Único de Saúde, pela SMSTF;
 - 1.2. **Glosa:** recusa global ou parcial de procedimentos (inclusive medicamentos e materiais ministrados aos pacientes) e serviços apresentados nas contas que estejam em desconformidade com a tabela SIA-SUS, FIXO, RECURSOS PRÓPRIOS;
 - 1.3. **Cartão SUS:** cartão de identificação do usuário emitido nas Unidades Básicas de Saúde e Complexo Regulador, constando seu número de matrícula, válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial;
 - 1.4. **Tabela de Procedimentos do SUS:** é o rol de procedimentos cobertos pelo **Ministério da Saúde** na qual constam os valores que serão pagos pelos serviços prestados.
 - 1.5. **Conta:** documento que discrimina os atendimentos realizados pelo **CONTRATADO** a um paciente;
 - 1.6. **Fatura:** conjunto de contas relacionadas aos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. São obrigações do **CONTRATADO**:
 - 1.1. Garantir aos usuários do **SUS**, a equidade no atendimento e os mesmos padrões técnicos e de serviços médico-hospitalares dispensados a todos os demais pacientes do **CONTRATADO**, utilizando-se de todo seu arsenal tecnológico disponível, quando se fizer necessário.
 - 1.2. Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários, conforme atos normativos expedidos pela **SMSTF**, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade única e exclusiva do **CONTRATADO**.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, N° 2817 | Caderno 17

- 1.3. Observar as instruções de caráter técnico e operacional fornecidas pela **SMSTF** na execução dos serviços previstos neste instrumento.
- 1.4. Manter afixado nas unidades de admissão ou atendimento de pacientes, em local visível, “aviso” sobre a existência deste Contrato, contendo instruções resumidas sobre as condições vigentes, tais como serviços e especialidades incluídas.
- 1.5. Estar regularmente habilitado, dentro de sua(s) especialização (ões) a prestar atendimentos aos usuários do SUS, conforme contrato e sem qualquer tipo de restrição, desde que estes apresentem a Guia de Autorização regulada pelo complexo regulador e unidades de saúde.
- 1.6. Comunicar a **SMSTF**, por escrito, eventuais mudanças de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, facultando-se a **SMSTF** a realização de vistoria técnica e análise da conveniência em se manter os serviços no novo endereço.
- 1.7. Manter seus dados cadastrais junto ao **SMSTF** devidamente atualizados, informando formalmente a esta secretaria quaisquer alterações imediatamente após a sua ocorrência, para fins de atualização.
- 1.8. Notificar a **SMSTF** de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual, e, notadamente, de qualquer alteração relevante no seu Estatuto, Contrato Social ou Ato Constitutivo.
- 1.9. Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou parafiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, devendo apresentar a **SMSTF**, sempre que esta secretaria julgar necessário, as comprovações dessa regularidade, reservando-se ao **SMSTF** o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.
- 1.10. Não delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados, sob pena de descredenciamento.
- 1.11. Fornecer a **SMSTF**, quando por este solicitado, e mediante acordo quanto ao prazo de entrega, relatórios periódicos ou pontuais que retratem a assistência prestada observada as questões éticas e o sigilo profissional, bem como quaisquer outros que vierem a ser exigidos por força de lei ou regulamentação específica, desde que referentes ao objeto do presente instrumento.
2. O **CONTRATADO** e seu responsável técnico deverão estar comprovadamente em dia com as obrigações pertinentes à inscrição no Conselho Regional de sua categoria profissional.
3. Ao **CONTRATADO** cabe o dever de segurança pelos serviços prestados, na forma deste Contrato, aos usuários do SUS, regulados pela **SMSTF**, inclusive repetindo, sem ônus para o **SMSTF**, qualquer procedimento cujo resultado dê margem à dúvida.
4. O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente a **SMSTF** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo do **CONTRATADO** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
5. É vedado ao **CONTRATADO** utilizar ou permitir que terceiros utilizem usuários do **SUS** para fins de experimentação ou ensino, ressalvando-se no tocante ao ensino, a assistência de “Médico Residente” e/ou “Estagiário” sob **direta supervisão de profissional docente habilitado**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SMSTF

1. São obrigações da **SMSTF**:
 - 1.1. Manter contato permanente com o **CONTRATADO**, no sentido de mantê-lo atualizado quanto a normas, procedimentos e métodos vigentes, observando a antecedência necessária, para a efetiva adequação do **CONTRATADO** aos mesmos.
 - 1.2. Pagar ao **CONTRATADO** os serviços prestados conforme cláusula primeira, de acordo com os termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF** e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por este expedida(s);

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, N° 2817 | Caderno 17

- 1.2.1. Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado da Bahia e outras determinadas por lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

1. Para prestar o devido atendimento, o **CONTRATADO** deverá exigir do usuário a apresentação da Guia de Autorização e cartão **SUS**, juntamente com documento de identidade legal, com foto.
 - 1.1. O **CONTRATADO** é responsável pela identificação do usuário, sob pena do não reconhecimento da despesa realizada e rescisão deste Contrato.
 - 1.2. A não apresentação da Guia de Autorização implicará na glosa do atendimento na fatura.
2. Os atendimentos devem ser feitos de forma a suprir as necessidades dos usuários, privilegiando-se os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes e crianças até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

1. Todos os procedimentos, taxas, honorários, produtos farmacêuticos e materiais utilizados durante a prestação dos serviços contratados pela SMSTF serão **de inteira responsabilidade do Contratado**.
2. Não será permitido ao **CONTRATADO**, em nenhuma hipótese, a cobrança de serviços, diárias, taxas, materiais, medicamentos ou honorários médicos, sob qualquer pretexto e/ou forma, dos usuários do **SUS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS

1. Os serviços, objeto deste Contrato de Adesão, que tenham sido regularmente prestados, conforme estipulado neste instrumento, serão pagos ao **CONTRATADO** pela **SMSTF**, de acordo com os respectivos termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor à época do atendimento, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF**, e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por esta expedida(s).
2. Observado o regime normativo estabelecido pela **SMSTF**, o **CONTRATADO** apresentará a(s) fatura(s) correspondente(s) aos serviços prestados, para processamento, no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, juntamente com a respectiva documentação complementar que porventura for solicitada pela **SMSTF**, incluindo comprovante de regularidade perante ao FGTS, CNDT e fazendárias federal, estadual e municipal.
3. A(s) fatura(s) apresentada(s) serão processadas pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, ressalvada a hipótese de suspensão e/ou interrupção da revisão técnica e administrativa, ou de processamento da documentação, por motivos administrativos ou técnicos, o que implicará em correspondente prorrogação do prazo.
4. O **CONTRATADO** poderá apresentar suas faturas em uma única remessa mensal ou em remessas menores, obedecendo-se sempre o período de medição dos serviços prestados compreendido entre o dia 1º e 30 do mês corrente, e respeitada a data de apresentação estipulada no item 7.2.
 - 4.1. Independentemente do número de remessas enviadas no período, nos termos do item 4, o pagamento será feito mensalmente pela **SMSTF**.
5. Os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados devem ficar arquivados por no mínimo 04 (quatro) anos e à disposição da **SMSTF** para eventuais auditorias.
6. Ressalvadas as hipóteses legais, a **SMSTF** não poderá ser responsabilizada nem arcar com as despesas referentes a procedimentos não autorizados previamente pela **SMSTF**, conforme o que dispõe o presente instrumento de contrato.
7. Os critérios, documentação, condições e prazos relativos às faturas poderão ser alterados por Portaria do secretário da **SMSTF**.
8. Fica a **SMSTF** autorizada a rever as faturas emitidas pelo **CONTRATADO**, por até 01 ano após o término do contrato, podendo, com o objetivo de promover a regularização da situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir, em fatura que for devida ao **CONTRATADO**, qualquer quantia indevidamente cobrada e/ou recebida.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

9. O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pela **SMSTF** após recebimento da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por meio de depósito na conta corrente do **CONTRATADO**, conforme indicado por ele no momento da contratação.
10. O **CONTRATADO** deverá encaminhar as notas fiscais relativas aos serviços faturados e processados pela **SMSTF** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da **SMSTF**.

CLÁUSULA OITAVA: DAS GLOSAS

1. As faturas apresentadas pelo **CONTRATADO** passarão por análise técnica e conferência administrativa pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, a fim de verificar a conformidade da documentação, dos padrões estabelecidos, dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico.
 - 1.1. Constatada inconsistência administrativa ou técnica na análise de que trata o item 1, as respectivas despesas serão objeto de glosa fundamentada, conforme definição constante da Cláusula Segunda, inciso 1.2.
 - 1.2. O **CONTRATADO** poderá apresentar recurso às glosas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pagamento, acompanhado dos documentos respectivos à conta glosada, sob pena do não conhecimento do recurso.
 - 1.3. O recurso de Glosa apresentado tempestivamente pelo **CONTRATADO** será analisado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento.
 - 1.4. Da análise do Recurso de glosa, poderá ser identificado:
 - 1.4.1. Glosa Indevida – A **SMSTF** solicitará ao **CONTRATADO**, nota fiscal e demais documentos necessários para a realização do pagamento.
 - 1.4.2. Glosa Mantida – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório da análise com a motivação da manutenção da Glosa.
 - 1.4.3. Glosa a Menor – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório identificando pagamento indevido, motivando a realização de encontro de contas, na próxima fatura apresentada.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

1. As penalidades decorrentes da infração ao disposto no presente instrumento serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida e os danos que dela provierem para a **SMSTF** ou seu usuário, sem prejuízo de quaisquer responsabilidades penais ou civis decorrentes de dolo ou culpa do **CONTRATADO**.
 - 1.1. Fica assegurado ao **CONTRATADO**, em qualquer caso, o devido processo legal e o exercício do direito de defesa.
2. Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas pela **SMSTF**, individual ou cumulativamente, a seu critério:
 - a) advertência escrita
 - b) “multa-dia”
 - c) ressarcimento das despesas pagas pela **SMSTF** a outro prestador em decorrência da negativa de atendimento do **CONTRATADO**.
 - d) rescisão.
 - 2.1. A “multa-dia” corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) “multa-dia”, facultando-se a **SMSTF** deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao **CONTRATADO**.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

3. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **SMSTF** de exigir o ressarcimento integral pelas perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.
4. A **SMSTF** poderá optar diretamente pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.
5. Verificada divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo **CONTRATADO**, a **SMSTF** terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

1. O presente contato terá sua vigência entre 02 de outubro de 2017 e 31 de outubro de 2017, estando o mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo art.57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

1. O valor estimado do presente Contrato, para o período de vigência estabelecido na Cláusula Décima, é de R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais), podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados e segundo os preços de remuneração constantes das tabelas do **SUS**.
2. Os recursos para atender às despesas resultantes deste Contrato, correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, constante do presente orçamento, e para os exercícios subseqüentes, pela(s) dotação(ões) descrita(s) abaixo, para atender obrigações da mesma natureza, se for o caso.

ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA:

03.07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE:

2.202 - GESTÃO DAS AÇÕES – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

2.207 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

3. O valor de que trata o item 1 considera a população a ser atendida, a qualificação do prestador, os parâmetros de necessidade e cobertura definidos pela Rede Atenção à Saúde da **SMSTF**, e o histórico da execução de contratos anteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, ou descumprimento das normas da **SMSTF** em vigor, este poderá ser rescindido em qualquer tempo, através de ato formal e unilateral da **SMSTF**, nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CONTRATADO**, desde que fique assegurado a pacientes porventura sob atendimento na data da rescisão, o tratamento devido nas mesmas condições estipuladas no presente contrato.
 - 1.1. No caso da rescisão prevista no item anterior, a **SMSTF** deverá comunicar ao **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao **CONTRATADO** quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
2. A **SMSTF** poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso extrajudicial, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por ato unilateral, reduzido a termo, precedido de decisão escrita e fundamentada pelo Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

3. As partes poderão rescindir o contrato amigavelmente, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por acordo reduzido a termo precedido de decisão escrita e fundamentada do Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
4. A ausência da prestação de serviços do CONTRATADO aos usuários do **SMSTF**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ininterruptos, poderá implicar, após avaliação técnica sobre a conveniência da manutenção do credenciamento, em rescisão parcial ou total deste contrato, mediante simples aviso extrajudicial.
5. Em caso de rescisão contratual, fica assegurada aos usuários a continuidade do tratamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas condições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A **SMSTF** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do setor responsável pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
2. A **SMSTF** reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes deste Contrato ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) ao **CONTRATADO** das faturas que tenham sido aprovadas.
3. Este instrumento poderá ser modificado por meio de aditamento, pela **SMSTF**, sempre que ocorrer alteração no “modelo padronizado” do Contrato de Adesão adotado pela **SMSTF**, ou para a inserção de circunstâncias especiais pertinentes a tratamento e/ou serviços complementares específicos do objeto ora contratado.
4. A **SMSTF** se reserva o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.
5. O **CONTRATADO** proporcionará todas as facilidades e acessos necessários ao pessoal que a **SMSTF** designar para exercer a função fiscalizadora que lhe é facultada, bem como a qualquer outro servidor do **SMSTF** no desempenho de suas funções, respeitados os preceitos éticos.
6. A fiscalização de que trata os itens 4 e 5 terá por objeto as condições para prestação dos serviços e o controle da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela normalidade e eficiência técnica da prestação assistencial e fornecimentos realizados.
7. A fiscalização realizada pela **SMSTF** não elidirá nem reduzirá a responsabilidade do **CONTRATADO**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência jamais implicará co-responsabilidade do **SMSTF**.
8. O **CONTRATADO** se obriga a permitir a revisão do prontuário do usuário-paciente por ele assistido, que somente poderá ser feita dentro das dependências do mesmo, por equipe multiprofissional de auditoria do **SMSTF**, devidamente apresentada por escrito como tal, não sendo permitida a extração de cópia dos prontuários dos pacientes, mesmo que parcial, por razões de sigilo médico, exceto nos casos de autorização escrita do respectivo paciente, com firma reconhecida.
9. O **CONTRATADO** permitirá a verificação de instalações e equipamentos nas dependências do estabelecimento e auditoria comprobatória de qualidade de atendimentos.
10. As partes se autorizam reciprocamente a divulgar a formalização do presente credenciamento.
11. A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros contratos de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre a **SMSTF** e o **CONTRATADO**, ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.
12. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

1. Para dirimir dúvidas de interpretação ou execução do presente instrumento contratual, as partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que privilegiado.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, N° 2817 | Caderno 17

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato e seu anexo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que a tudo viram e assistiram, obrigando-se ao seu integral e fiel cumprimento.

Teixeira de Freitas, 02 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**DCV PRESTADORES DE SERVIÇOS
MÉDICOS LTDA-ME**

RODRIGO KUADA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

CAROLINE NAYARA NOVAIS LINS DE
QUEIROZ
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
CPF: _____

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

CONTRATO Nº 3-699-2017
CRENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS E SENSORIUM SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA-ME, nos seguintes termos:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - SMSTF, com sede na Avenida João Paulo II, nº 680, Bairro Vila Caraípe, CNPJ 13.843.896/0001-12, doravante designado **CONTRATANTE** e representado pelo Secretário Geral **RODRIGO KUADA SOARES**, brasileiro, CPF nº 043.200.526-92, carteira de Identidade 29.553.915-X, conforme **Delegação de Competência**, e de outro lado, a empresa **SENSORIUM SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA-ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 07.409.677/0001-27, com sede na Av. Marechal Castelo Branco, nº 417, Bairro Centro, Teixeira de Freitas-BA, neste ato representada por sua representante legal, o Sr. **WALDIR FERRETI JUNIOR**, brasileiro, inscrita no CPF/MF sob o nº 908.783.535-34, portador da Carteira de Identidade nº M-9188856- SSP -MG, de conformidade com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, o art. 218 da Lei Delegada 180, de 20/01/2011; art. 85 da Lei Complementar 64/2002; as normas gerais da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e suas posteriores modificações; o reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no "caput" do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, formaliza a celebração do presente Contrato de Credenciamento para prestação de serviços de saúde, e se declara devidamente autorizado de conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Ato Constitutivo, têm por si justo e acordado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente Contrato a **seleção de pessoas físicas ou jurídicas para credenciamento de serviços médicos especializados exclusivamente como plantonistas juntos às unidades de saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município: Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Hospital Municipal Materno Infantil (UMMI) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) relacionados no anexo I deste edital pelo CONTRATADO**, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no **Sistema Único de Saúde (SUS)**, doravante denominados simplesmente usuários, que passam a usufruir os serviços ora contratados.
 - 1.1. Pela prestação dos Serviços descritos no item anterior, o **CONTRATADO** deverá oferecer as seguintes especialidades e serviços:

ITEM	PRODUÇÃO PLANTÕES MÉDICOS/ PROCEDIMENTOS				
	ESPECIALIDADE	PERFIL	QTDE	VLR UNT	TOTAL
41	CLÍNICA MÉDICA	PLANTÕES 24 HRS – SEG. À SEX	6	R\$ 1.700,00	R\$ 10.200,00
43	VISITA CLINICA MEDICA	PLANTÕES	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 14.600,00	

- 1.2. O **CONTRATADO** declara que aceita prestar os serviços, objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeitas a eventuais alterações que venham a ser introduzidas e que se presumirão conhecidas, pelo **CONTRATADO**, quando publicadas

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

no Diário Oficial do Estado da Bahia ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal.

- 1.3. Os serviços objeto deste contrato não serão prestados em regime de exclusividade pelas partes, que poderão firmar outros contratos da mesma natureza com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

1. Para fins deste Contrato de Adesão considera-se:
 - 1.1. **Usuário ou paciente:** são os indivíduos vinculados ao Sistema Único de Saúde, pela SMSTF;
 - 1.2. **Glosa:** recusa global ou parcial de procedimentos (inclusive medicamentos e materiais ministrados aos pacientes) e serviços apresentados nas contas que estejam em desconformidade com a tabela SIA-SUS, FIXO, RECURSOS PRÓPRIOS;
 - 1.3. **Cartão SUS:** cartão de identificação do usuário emitido nas Unidades Básicas de Saúde e Complexo Regulador, constando seu número de matrícula, válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial;
 - 1.4. **Tabela de Procedimentos do SUS:** é o rol de procedimentos cobertos pelo **Ministério da Saúde** na qual constam os valores que serão pagos pelos serviços prestados.
 - 1.5. **Conta:** documento que discrimina os atendimentos realizados pelo **CONTRATADO** a um paciente;
 - 1.6. **Fatura:** conjunto de contas relacionadas aos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. São obrigações do **CONTRATADO**:
 - 5.1. Garantir aos usuários do **SUS**, a equidade no atendimento e os mesmos padrões técnicos e de serviços médico-hospitalares dispensados a todos os demais pacientes do **CONTRATADO**, utilizando-se de todo seu arsenal tecnológico disponível, quando se fizer necessário.
 - 5.2. Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários, conforme atos normativos expedidos pela **SMSTF**, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade única e exclusiva do **CONTRATADO**.
 - 5.3. Observar as instruções de caráter técnico e operacional fornecidas pela **SMSTF** na execução dos serviços previstos neste instrumento.
 - 5.4. Manter afixado nas unidades de admissão ou atendimento de pacientes, em local visível, "aviso" sobre a existência deste Contrato, contendo instruções resumidas sobre as condições vigentes, tais como serviços e especialidades incluídas.
 - 5.5. Estar regularmente habilitado, dentro de sua(s) especialização (ões) a prestar atendimentos aos usuários do **SUS**, conforme contrato e sem qualquer tipo de restrição, desde que estes apresentem a Guia de Autorização regulada pelo complexo regulador e unidades de saúde.
 - 5.6. Comunicar a **SMSTF**, por escrito, eventuais mudanças de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, facultando-se a **SMSTF** a realização de vistoria técnica e análise da conveniência em se manter os serviços no novo endereço.
 - 5.7. Manter seus dados cadastrais junto ao **SMSTF** devidamente atualizados, informando formalmente a esta secretaria quaisquer alterações imediatamente após a sua ocorrência, para fins de atualização.
 - 5.8. Notificar a **SMSTF** de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual, e, notadamente, de qualquer alteração relevante no seu Estatuto, Contrato Social ou Ato Constitutivo.
 - 5.9. Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou parafiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- atividades, devendo apresentar a **SMSTF**, sempre que esta secretaria julgar necessário, as comprovações dessa regularidade, reservando-se ao **SMSTF** o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.
- 5.10. Não delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados, sob pena de descredenciamento.
 - 5.11. Fornecer a **SMSTF**, quando por este solicitado, e mediante acordo quanto ao prazo de entrega, relatórios periódicos ou pontuais que retratem a assistência prestada observada as questões éticas e o sigilo profissional, bem como quaisquer outros que vierem a ser exigidos por força de lei ou regulamentação específica, desde que referentes ao objeto do presente instrumento.
 6. O **CONTRATADO** e seu responsável técnico deverão estar comprovadamente em dia com as obrigações pertinentes à inscrição no Conselho Regional de sua categoria profissional.
 7. Ao **CONTRATADO** cabe o dever de segurança pelos serviços prestados, na forma deste Contrato, aos usuários do SUS, regulados pela **SMSTF**, inclusive repetindo, sem ônus para o **SMSTF**, qualquer procedimento cujo resultado dê margem à dúvida.
 8. O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente a **SMSTF** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo do **CONTRATADO** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
 9. É vedado ao **CONTRATADO** utilizar ou permitir que terceiros utilizem usuários do **SUS** para fins de experimentação ou ensino, ressalvando-se no tocante ao ensino, a assistência de “Médico Residente” e/ou “Estagiário” sob **direta supervisão de profissional docente habilitado**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SMSTF

1. São obrigações da **SMSTF**:
 - 1.1. Manter contato permanente com o **CONTRATADO**, no sentido de mantê-lo atualizado quanto a normas, procedimentos e métodos vigentes, observando a antecedência necessária, para a efetiva adequação do **CONTRATADO** aos mesmos.
 - 1.2. Pagar ao **CONTRATADO** os serviços prestados conforme cláusula primeira, de acordo com os termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF** e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por este expedida(s);
 - 1.2.1. Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado da Bahia e outras determinadas por lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

1. Para prestar o devido atendimento, o **CONTRATADO** deverá exigir do usuário a apresentação da Guia de Autorização e cartão **SUS**, juntamente com documento de identidade legal, com foto.
 - 2.1. O **CONTRATADO** é responsável pela identificação do usuário, sob pena do não reconhecimento da despesa realizada e rescisão deste Contrato.
 - 2.2. A não apresentação da Guia de Autorização implicará na glosa do atendimento na fatura.
3. Os atendimentos devem ser feitos de forma a suprir as necessidades dos usuários, privilegiando-se os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes e crianças até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

1. Todos os procedimentos, taxas, honorários, produtos farmacêuticos e materiais utilizados durante a prestação dos serviços contratados pela **SMSTF** serão **de inteira responsabilidade do Contratado**.
2. Não será permitido ao **CONTRATADO**, em nenhuma hipótese, a cobrança de serviços, diárias, taxas, materiais, medicamentos ou honorários médicos, sob qualquer pretexto e/ou forma, dos usuários do **SUS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS

1. Os serviços, objeto deste Contrato de Adesão, que tenham sido regularmente prestados, conforme estipulado neste instrumento, serão pagos ao **CONTRATADO** pela **SMSTF**, de acordo com os

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- respectivos termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor à época do atendimento, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF**, e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por esta expedida(s).
2. Observado o regime normativo estabelecido pela **SMSTF**, o **CONTRATADO** apresentará a(s) fatura(s) correspondente(s) aos serviços prestados, para processamento, no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, juntamente com a respectiva documentação complementar que porventura for solicitada pela **SMSTF**, incluindo comprovante de regularidade perante ao FGTS, CNDT e fazendárias federal, estadual e municipal.
 3. A(s) fatura(s) apresentada(s) serão processadas pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, ressalvada a hipótese de suspensão e/ou interrupção da revisão técnica e administrativa, ou de processamento da documentação, por motivos administrativos ou técnicos, o que implicará em correspondente prorrogação do prazo.
 4. O **CONTRATADO** poderá apresentar suas faturas em uma única remessa mensal ou em remessas menores, obedecendo-se sempre o período de medição dos serviços prestados compreendido entre o dia 1º e 30 do mês corrente, e respeitada a data de apresentação estipulada no item 7.2
 - 10.1. Independentemente do número de remessas enviadas no período, nos termos do item 4, o pagamento será feito mensalmente pela **SMSTF**.
 11. Os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados devem ficar arquivados por no mínimo 04 (quatro) anos e à disposição da **SMSTF** para eventuais auditorias.
 12. Ressalvadas as hipóteses legais, a **SMSTF** não poderá ser responsabilizada nem arcar com as despesas referentes a procedimentos não autorizados previamente pela **SMSTF**, conforme o que dispõe o presente instrumento de contrato.
 13. Os critérios, documentação, condições e prazos relativos às faturas poderão ser alterados por Portaria do secretário da **SMSTF**.
 14. Fica a **SMSTF** autorizada a rever as faturas emitidas pelo **CONTRATADO**, por até 01 ano após o término do contrato, podendo, com o objetivo de promover a regularização da situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir, em fatura que for devida ao **CONTRATADO**, qualquer quantia indevidamente cobrada e/ou recebida.
 15. O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pela **SMSTF** após recebimento da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por meio de depósito na conta corrente do **CONTRATADO**, conforme indicado por ele no momento da contratação.
 16. O **CONTRATADO** deverá encaminhar as notas fiscais relativas aos serviços faturados e processados pela **SMSTF** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da **SMSTF**.

CLÁUSULA OITAVA: DAS GLOSAS

1. As faturas apresentadas pelo **CONTRATADO** passarão por análise técnica e conferência administrativa pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, a fim de verificar a conformidade da documentação, dos padrões estabelecidos, dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico.
 - 1.1. Constatada inconsistência administrativa ou técnica na análise de que trata o item 1, as respectivas despesas serão objeto de glosa fundamentada, conforme definição constante da Cláusula Segunda, inciso 1.2.
 - 1.2. O **CONTRATADO** poderá apresentar recurso às glosas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pagamento, acompanhado dos documentos respectivos à conta glosada, sob pena do não conhecimento do recurso.
 - 1.3. O recurso de Glosa apresentado tempestivamente pelo **CONTRATADO** será analisado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 1.4. Da análise do Recurso de glosa, poderá ser identificado:
 - 1.4.1. Glosa Indevida – A **SMSTF** solicitará ao **CONTRATADO**, nota fiscal e demais documentos necessários para a realização do pagamento.
 - 1.4.2. Glosa Mantida – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório da análise com a motivação da manutenção da Glosa.
 - 1.4.3. Glosa a Menor – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório identificando pagamento indevido, motivando a realização de encontro de contas, na próxima fatura apresentada.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

1. As penalidades decorrentes da infração ao disposto no presente instrumento serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida e os danos que dela provierem para a **SMSTF** ou seu usuário, sem prejuízo de quaisquer responsabilidades penais ou civis decorrentes de dolo ou culpa do **CONTRATADO**.
 - 5.1. Fica assegurado ao **CONTRATADO**, em qualquer caso, o devido processo legal e o exercício do direito de defesa.
6. Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas pela **SMSTF**, individual ou cumulativamente, a seu critério:
 - a) advertência escrita
 - b) “multa-dia”
 - c) ressarcimento das despesas pagas pela **SMSTF** a outro prestador em decorrência da negativa de atendimento do **CONTRATADO**.
 - d) rescisão.
 - 6.1. A “multa-dia” corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) “multa-dia”, facultando-se a **SMSTF** deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao **CONTRATADO**.
7. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **SMSTF** de exigir o ressarcimento integral pelas perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.
8. A **SMSTF** poderá optar diretamente pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.
9. Verificada divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo **CONTRATADO**, a **SMSTF** terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

1. O presente contato terá sua vigência entre 02 de outubro de 2017 e 31 de outubro de 2017, estando o mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo art.57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

1. O valor estimado do presente Contrato, para o período de vigência estabelecido na Cláusula Décima, é de R\$ 14.600,00(Quatorze mil e seiscentos reais), podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados e segundo os preços de remuneração constantes das tabelas do **SUS**.
2. Os recursos para atender às despesas resultantes deste Contrato, correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, constante do presente orçamento, e para os exercícios subseqüentes, pela(s) dotação(ões) descrita(s) abaixo, para atender obrigações da mesma natureza, se for o caso.

ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA:

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

03.07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE:

2.202 - GESTÃO DAS AÇÕES – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
2.207 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

3. O valor de que trata o item 1 considera a população a ser atendida, a qualificação do prestador, os parâmetros de necessidade e cobertura definidos pela Rede Atenção à Saúde da **SMSTF**, e o histórico da execução de contratos anteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, ou descumprimento das normas da **SMSTF** em vigor, este poderá ser rescindido em qualquer tempo, através de ato formal e unilateral da **SMSTF**, nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CONTRATADO**, desde que fique assegurado a pacientes porventura sob atendimento na data da rescisão, o tratamento devido nas mesmas condições estipuladas no presente contrato.
 - 1.1. No caso da rescisão prevista no item anterior, a **SMSTF** deverá comunicar ao **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao **CONTRATADO** quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
 2. A **SMSTF** poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso extrajudicial, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por ato unilateral, reduzido a termo, precedido de decisão escrita e fundamentada pelo Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
 3. As partes poderão rescindir o contrato amigavelmente, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por acordo reduzido a termo precedido de decisão escrita e fundamentada do Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
 4. A ausência da prestação de serviços do **CONTRATADO** aos usuários do **SMSTF**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ininterruptos, poderá implicar, após avaliação técnica sobre a conveniência da manutenção do credenciamento, em rescisão parcial ou total deste contrato, mediante simples aviso extrajudicial.
 5. Em caso de rescisão contratual, fica assegurada aos usuários a continuidade do tratamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas condições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A **SMSTF** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do setor responsável pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
2. A **SMSTF** reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes deste Contrato ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) ao **CONTRATADO** das faturas que tenham sido aprovadas.
3. Este instrumento poderá ser modificado por meio de aditamento, pela **SMSTF**, sempre que ocorrer alteração no “modelo padronizado” do Contrato de Adesão adotado pela **SMSTF**, ou para a inserção de circunstâncias especiais pertinentes a tratamento e/ou serviços complementares específicos do objeto ora contratado.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

4. A **SMSTF** se reserva o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.
5. O **CONTRATADO** proporcionará todas as facilidades e acessos necessários ao pessoal que a **SMSTF** designar para exercer a função fiscalizadora que lhe é facultada, bem como a qualquer outro servidor do **SMSTF** no desempenho de suas funções, respeitados os preceitos éticos.
6. A fiscalização de que trata os itens 4 e 5 terá por objeto as condições para prestação dos serviços e o controle da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela normalidade e eficiência técnica da prestação assistencial e fornecimentos realizados.
7. A fiscalização realizada pela **SMSTF** não elidirá nem reduzirá a responsabilidade do **CONTRATADO**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência jamais implicará co-responsabilidade do **SMSTF**.
8. O **CONTRATADO** se obriga a permitir a revisão do prontuário do usuário-paciente por ele assistido, que somente poderá ser feita dentro das dependências do mesmo, por equipe multiprofissional de auditoria do **SMSTF**, devidamente apresentada por escrito como tal, não sendo permitida a extração de cópia dos prontuários dos pacientes, mesmo que parcial, por razões de sigilo médico, exceto nos casos de autorização escrita do respectivo paciente, com firma reconhecida.
9. O **CONTRATADO** permitirá a verificação de instalações e equipamentos nas dependências do estabelecimento e auditoria comprobatória de qualidade de atendimentos.
10. As partes se autorizam reciprocamente a divulgar a formalização do presente credenciamento.
11. A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros contratos de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre a **SMSTF** e o **CONTRATADO**, ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.
12. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

1. Para dirimir dúvidas de interpretação ou execução do presente instrumento contratual, as partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato e seu anexo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que a tudo viram e assistiram, obrigando-se ao seu integral e fiel cumprimento.

Teixeira de Freitas, 02 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SENSORIUM SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA-ME

RODRIGO KUADA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

WALDIR FERRETI JUNIOR
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
CPF: _____

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

CONTRATO Nº 3-700-2017

CRENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS E ARANDU SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, nos seguintes termos:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - SMSTF, com sede na Avenida João Paulo II, nº 680, Bairro Vila Caraípe, CNPJ 13.843.896/0001-12, doravante designado **CONTRATANTE** e representado pelo Secretário Geral **RODRIGO KUADA SOARES**, brasileiro, CPF nº 043.200.526-92, carteira de Identidade 29.553.915-X, conforme **Delegação de Competência**, e de outro lado, a empresa **ARANDU SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 27.082.439/0001-67, com sede na Av. Carter, nº 101, Bairro Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas-BA, neste ato representada por sua representante legal, a Sra. **ROSICARLA DOURADO DE PAULA PINTO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 981.679.109-97, portadora da Carteira de Identidade nº 5.351.755-2 SSP PR, de conformidade com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, o art. 218 da Lei Delegada 180, de 20/01/2011; art. 85 da Lei Complementar 64/2002; as normas gerais da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e suas posteriores modificações; o reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no "caput" do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, formaliza a celebração do presente Contrato de Credenciamento para prestação de serviços de saúde, e se declara devidamente autorizado de conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Ato Constitutivo, têm por si justo e acordado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

2. Constitui objeto do presente Contrato a **seleção de pessoas físicas ou jurídicas para credenciamento de serviços médicos especializados exclusivamente como plantonistas juntos às unidades de saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município: Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Hospital Municipal Materno Infantil (UMMI) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) relacionados no anexo I deste edital pelo CONTRATADO**, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no **Sistema Único de Saúde (SUS)**, doravante denominados simplesmente usuários, que passam a usufruir os serviços ora contratados.

- 1.4. Pela prestação dos Serviços descritos no item anterior, o **CONTRATADO** deverá oferecer as seguintes especialidades e serviços:

ITEM	PRODUÇÃO PLANTÕES MÉDICOS/ PROCEDIMENTOS				
	ESPECIALIDADE	PERFIL	QTDE	VLR UNT	TOTAL
41	CLÍNICA MÉDICA	PLANTÕES 24 HRS – SEG. À SEX	3,5	R\$ 1.700,00	R\$ 5.950,00
43	VISITA CLINICA MEDICA	PLANTÕES	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 10.350,00	
SETE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS.					

- 1.5. O **CONTRATADO** declara que aceita prestar os serviços, objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeitas a eventuais alterações que venham a ser

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

introduzidas e que se presumirão conhecidas, pelo **CONTRATADO**, quando publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal.

- 1.6. Os serviços objeto deste contrato não serão prestados em regime de exclusividade pelas partes, que poderão firmar outros contratos da mesma natureza com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

2. Para fins deste Contrato de Adesão considera-se:

- 2.1. **Usuário ou paciente:** são os indivíduos vinculados ao Sistema Único de Saúde, pela SMSTF;
- 2.2. **Glosa:** recusa global ou parcial de procedimentos (inclusive medicamentos e materiais ministrados aos pacientes) e serviços apresentados nas contas que estejam em desconformidade com a tabela SIA-SUS, FIXO, RECURSOS PRÓPRIOS;
- 2.3. **Cartão SUS:** cartão de identificação do usuário emitido nas Unidades Básicas de Saúde e Complexo Regulador, constando seu número de matrícula, válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial;
- 2.4. **Tabela de Procedimentos do SUS:** é o rol de procedimentos cobertos pelo **Ministério da Saúde** na qual constam os valores que serão pagos pelos serviços prestados.
- 2.5. **Conta:** documento que discrimina os atendimentos realizados pelo **CONTRATADO** a um paciente;
- 2.6. **Fatura:** conjunto de contas relacionadas aos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2. São obrigações do **CONTRATADO**:

- 9.1. Garantir aos usuários do **SUS**, a equidade no atendimento e os mesmos padrões técnicos e de serviços médico-hospitalares dispensados a todos os demais pacientes do **CONTRATADO**, utilizando-se de todo seu arsenal tecnológico disponível, quando se fizer necessário.
- 9.2. Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários, conforme atos normativos expedidos pela **SMSTF**, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade única e exclusiva do **CONTRATADO**.
- 9.3. Observar as instruções de caráter técnico e operacional fornecidas pela **SMSTF** na execução dos serviços previstos neste instrumento.
- 9.4. Manter afixado nas unidades de admissão ou atendimento de pacientes, em local visível, "aviso" sobre a existência deste Contrato, contendo instruções resumidas sobre as condições vigentes, tais como serviços e especialidades incluídas.
- 9.5. Estar regularmente habilitado, dentro de sua(s) especialização (ões) a prestar atendimentos aos usuários do **SUS**, conforme contrato e sem qualquer tipo de restrição, desde que estes apresentem a Guia de Autorização regulada pelo complexo regulador e unidades de saúde.
- 9.6. Comunicar a **SMSTF**, por escrito, eventuais mudanças de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, facultando-se a **SMSTF** a realização de vistoria técnica e análise da conveniência em se manter os serviços no novo endereço.
- 9.7. Manter seus dados cadastrais junto ao **SMSTF** devidamente atualizados, informando formalmente a esta secretaria quaisquer alterações imediatamente após a sua ocorrência, para fins de atualização.
- 9.8. Notificar a **SMSTF** de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual, e, notadamente, de qualquer alteração relevante no seu Estatuto, Contrato Social ou Ato Constitutivo.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 9.9. Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou parafiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, devendo apresentar a **SMSTF**, sempre que esta secretaria julgar necessário, as comprovações dessa regularidade, reservando-se ao **SMSTF** o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.
- 9.10. Não delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados, sob pena de descredenciamento.
- 9.11. Fornecer a **SMSTF**, quando por este solicitado, e mediante acordo quanto ao prazo de entrega, relatórios periódicos ou pontuais que retratem a assistência prestada observada as questões éticas e o sigilo profissional, bem como quaisquer outros que vierem a ser exigidos por força de lei ou regulamentação específica, desde que referentes ao objeto do presente instrumento.
10. O **CONTRATADO** e seu responsável técnico deverão estar comprovadamente em dia com as obrigações pertinentes à inscrição no Conselho Regional de sua categoria profissional.
11. Ao **CONTRATADO** cabe o dever de segurança pelos serviços prestados, na forma deste Contrato, aos usuários do SUS, regulados pela **SMSTF**, inclusive repetindo, sem ônus para o **SMSTF**, qualquer procedimento cujo resultado dê margem à dúvida.
12. O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente a **SMSTF** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo do **CONTRATADO** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
13. É vedado ao **CONTRATADO** utilizar ou permitir que terceiros utilizem usuários do **SUS** para fins de experimentação ou ensino, ressalvando-se no tocante ao ensino, a assistência de “Médico Residente” e/ou “Estagiário” sob **direta supervisão de profissional docente habilitado**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SMSTF

2. São obrigações da **SMSTF**:
 - 1.3. Manter contato permanente com o **CONTRATADO**, no sentido de mantê-lo atualizado quanto a normas, procedimentos e métodos vigentes, observando a antecedência necessária, para a efetiva adequação do **CONTRATADO** aos mesmos.
 - 1.4. Pagar ao **CONTRATADO** os serviços prestados conforme cláusula primeira, de acordo com os termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF** e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por este expedida(s);
 - 1.4.1. Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado da Bahia e outras determinadas por lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

2. Para prestar o devido atendimento, o **CONTRATADO** deverá exigir do usuário a apresentação da Guia de Autorização e cartão **SUS**, juntamente com documento de identidade legal, com foto.
- 3.1. O **CONTRATADO** é responsável pela identificação do usuário, sob pena do não reconhecimento da despesa realizada e rescisão deste Contrato.
- 3.2. A não apresentação da Guia de Autorização implicará na glosa do atendimento na fatura.
4. Os atendimentos devem ser feitos de forma a suprir as necessidades dos usuários, privilegiando-se os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes e crianças até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

3. Todos os procedimentos, taxas, honorários, produtos farmacêuticos e materiais utilizados durante a prestação dos serviços contratados pela **SMSTF** serão **de inteira responsabilidade do Contratado**.
4. Não será permitido ao **CONTRATADO**, em nenhuma hipótese, a cobrança de serviços, diárias, taxas, materiais, medicamentos ou honorários médicos, sob qualquer pretexto e/ou forma, dos usuários do **SUS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

5. Os serviços, objeto deste Contrato de Adesão, que tenham sido regularmente prestados, conforme estipulado neste instrumento, serão pagos ao **CONTRATADO** pela **SMSTF**, de acordo com os respectivos termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor à época do atendimento, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF**, e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por esta expedida(s).
6. Observado o regime normativo estabelecido pela **SMSTF**, o **CONTRATADO** apresentará a(s) fatura(s) correspondente(s) aos serviços prestados, para processamento, no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, juntamente com a respectiva documentação complementar que porventura for solicitada pela **SMSTF**, incluindo comprovante de regularidade perante ao FGTS, CNDT e fazendárias federal, estadual e municipal.
7. A(s) fatura(s) apresentada(s) serão processadas pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, ressalvada a hipótese de suspensão e/ou interrupção da revisão técnica e administrativa, ou de processamento da documentação, por motivos administrativos ou técnicos, o que implicará em correspondente prorrogação do prazo.
8. O **CONTRATADO** poderá apresentar suas faturas em uma única remessa mensal ou em remessas menores, obedecendo-se sempre o período de medição dos serviços prestados compreendido entre o dia 1º e 30 do mês corrente, e respeitada a data de apresentação estipulada no item 7.2
 - 16.1. Independentemente do número de remessas enviadas no período, nos termos do item 4, o pagamento será feito mensalmente pela **SMSTF**.
17. Os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados devem ficar arquivados por no mínimo 04 (quatro) anos e à disposição da **SMSTF** para eventuais auditorias.
18. Ressalvadas as hipóteses legais, a **SMSTF** não poderá ser responsabilizada nem arcar com as despesas referentes a procedimentos não autorizados previamente pela **SMSTF**, conforme o que dispõe o presente instrumento de contrato.
19. Os critérios, documentação, condições e prazos relativos às faturas poderão ser alterados por Portaria do secretário da **SMSTF**.
20. Fica a **SMSTF** autorizada a rever as faturas emitidas pelo **CONTRATADO**, por até 01 ano após o término do contrato, podendo, com o objetivo de promover a regularização da situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir, em fatura que for devida ao **CONTRATADO**, qualquer quantia indevidamente cobrada e/ou recebida.
21. O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pela **SMSTF** após recebimento da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por meio de depósito na conta corrente do **CONTRATADO**, conforme indicado por ele no momento da contratação.
22. O **CONTRATADO** deverá encaminhar as notas fiscais relativas aos serviços faturados e processados pela **SMSTF** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da **SMSTF**.

CLÁUSULA OITAVA: DAS GLOSAS

2. As faturas apresentadas pelo **CONTRATADO** passarão por análise técnica e conferência administrativa pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, a fim de verificar a conformidade da documentação, dos padrões estabelecidos, dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico.
 - 2.1. Constatada inconsistência administrativa ou técnica na análise de que trata o item 1, as respectivas despesas serão objeto de glosa fundamentada, conforme definição constante da Cláusula Segunda, inciso 1.2.
 - 2.2. O **CONTRATADO** poderá apresentar recurso às glosas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pagamento, acompanhado dos documentos respectivos à conta glosada, sob pena do não conhecimento do recurso.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 2.3. O recurso de Glosa apresentado tempestivamente pelo **CONTRATADO** será analisado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento.
- 2.4. Da análise do Recurso de glosa, poderá ser identificado:
 - 2.4.1. Glosa Indevida – A **SMSTF** solicitará ao **CONTRATADO**, nota fiscal e demais documentos necessários para a realização do pagamento.
 - 2.4.2. Glosa Mantida – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório da análise com a motivação da manutenção da Glosa.
 - 2.4.3. Glosa a Menor – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório identificando pagamento indevido, motivando a realização de encontro de contas, na próxima fatura apresentada.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

2. As penalidades decorrentes da infração ao disposto no presente instrumento serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida e os danos que dela provierem para a **SMSTF** ou seu usuário, sem prejuízo de quaisquer responsabilidades penais ou civis decorrentes de dolo ou culpa do **CONTRATADO**.
 - 9.1. Fica assegurado ao **CONTRATADO**, em qualquer caso, o devido processo legal e o exercício do direito de defesa.
10. Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas pela **SMSTF**, individual ou cumulativamente, a seu critério:
 - a) advertência escrita
 - b) “multa-dia”
 - c) ressarcimento das despesas pagas pela **SMSTF** a outro prestador em decorrência da negativa de atendimento do **CONTRATADO**.
 - d) rescisão.
 - 10.1. A “multa-dia” corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) “multa-dia”, facultando-se a **SMSTF** deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao **CONTRATADO**.
11. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **SMSTF** de exigir o ressarcimento integral pelas perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.
12. A **SMSTF** poderá optar diretamente pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.
13. Verificada divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo **CONTRATADO**, a **SMSTF** terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

2. O presente contato terá sua vigência entre 02 de outubro de 2017 e 31 de outubro de 2017, estando o mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo art.57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

4. O valor estimado do presente Contrato, para o período de vigência estabelecido na Cláusula Décima, é de R\$ 10.350,00 (Dez mil, trezentos e cinquenta reais), podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados e segundo os preços de remuneração constantes das tabelas do **SUS**.
5. Os recursos para atender às despesas resultantes deste Contrato, correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, constante do presente orçamento, e para os exercícios subseqüentes, pela(s) dotação(ões) descrita(s) abaixo, para atender obrigações da mesma natureza, se for o caso.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA:

03.08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE:

4.202 - GESTÃO DAS AÇÕES – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
2.207 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

6. O valor de que trata o item 1 considera a população a ser atendida, a qualificação do prestador, os parâmetros de necessidade e cobertura definidos pela Rede Atenção à Saúde da **SMSTF**, e o histórico da execução de contratos anteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

6. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, ou descumprimento das normas da **SMSTF** em vigor, este poderá ser rescindido em qualquer tempo, através de ato formal e unilateral da **SMSTF**, nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CONTRATADO**, desde que fique assegurado a pacientes porventura sob atendimento na data da rescisão, o tratamento devido nas mesmas condições estipuladas no presente contrato.
 - 6.1. No caso da rescisão prevista no item anterior, a **SMSTF** deverá comunicar ao **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao **CONTRATADO** quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
7. A **SMSTF** poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso extrajudicial, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por ato unilateral, reduzido a termo, precedido de decisão escrita e fundamentada pelo Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
8. As partes poderão rescindir o contrato amigavelmente, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por acordo reduzido a termo precedido de decisão escrita e fundamentada do Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
9. A ausência da prestação de serviços do **CONTRATADO** aos usuários do **SMSTF**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ininterruptos, poderá implicar, após avaliação técnica sobre a conveniência da manutenção do credenciamento, em rescisão parcial ou total deste contrato, mediante simples aviso extrajudicial.
10. Em caso de rescisão contratual, fica assegurada aos usuários a continuidade do tratamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas condições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13. A **SMSTF** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do setor responsável pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
14. A **SMSTF** reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes deste Contrato ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) ao **CONTRATADO** das faturas que tenham sido aprovadas.
15. Este instrumento poderá ser modificado por meio de aditamento, pela **SMSTF**, sempre que ocorrer alteração no “modelo padronizado” do Contrato de Adesão adotado pela **SMSTF**, ou para a inserção de

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

circunstâncias especiais pertinentes a tratamento e/ou serviços complementares específicos do objeto ora contratado.

16. A **SMSTF** se reserva o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.
17. O **CONTRATADO** proporcionará todas as facilidades e acessos necessários ao pessoal que a **SMSTF** designar para exercer a função fiscalizadora que lhe é facultada, bem como a qualquer outro servidor do **SMSTF** no desempenho de suas funções, respeitados os preceitos éticos.
18. A fiscalização de que trata os itens 4 e 5 terá por objeto as condições para prestação dos serviços e o controle da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela normalidade e eficiência técnica da prestação assistencial e fornecimentos realizados.
19. A fiscalização realizada pela **SMSTF** não elidirá nem reduzirá a responsabilidade do **CONTRATADO**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência jamais implicará co-responsabilidade do **SMSTF**.
20. O **CONTRATADO** se obriga a permitir a revisão do prontuário do usuário-paciente por ele assistido, que somente poderá ser feita dentro das dependências do mesmo, por equipe multiprofissional de auditoria do **SMSTF**, devidamente apresentada por escrito como tal, não sendo permitida a extração de cópia dos prontuários dos pacientes, mesmo que parcial, por razões de sigilo médico, exceto nos casos de autorização escrita do respectivo paciente, com firma reconhecida.
21. O **CONTRATADO** permitirá a verificação de instalações e equipamentos nas dependências do estabelecimento e auditoria comprobatória de qualidade de atendimentos.
22. As partes se autorizam reciprocamente a divulgar a formalização do presente credenciamento.
23. A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros contratos de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre a **SMSTF** e o **CONTRATADO**, ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.
24. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

2. Para dirimir dúvidas de interpretação ou execução do presente instrumento contratual, as partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato e seu anexo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que a tudo viram e assistiram, obrigando-se ao seu integral e fiel cumprimento.

Teixeira de Freitas, 02 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ARAUDU SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME

RODRIGO KUADA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

ROSICARLA DOURADO DE PAULA PINTO
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
CPF: _____

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, N° 2817 | Caderno 17

CONTRATO N° 3-701-2017
CRENCIAMENTO N° 004/2017-SMS

CONTRATO DE CRENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS E NEUROCLINICA SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS-EPP, nos seguintes termos:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - SMSTF, com sede na Avenida João Paulo II, nº 680, Bairro Vila Caraípe, CNPJ 13.843.896/0001-12, doravante designado **CONTRATANTE** e representado pelo Secretário Geral **RODRIGO KUADA SOARES**, brasileiro, CPF nº 043.200.526-92, carteira de Identidade 29.553.915-X, conforme **Delegação de Competência**, e de outro lado, a empresa **NEUROCLINICA SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS-EPP**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.792.989/0001-37, com sede na Rua Engenheiro Alfredo Rego, nº 188 B, Bairro Recanto do Lago, Teixeira de Freitas-BA, neste ato representada por sua representante legal, a Sra. **DANIELA PRATTI MARTINS**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 094.032.587-05, portadora da Carteira de Identidade nº 1395111 SSP ES, de conformidade com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, o art. 218 da Lei Delegada 180, de 20/01/2011; art. 85 da Lei Complementar 64/2002; as normas gerais da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e suas posteriores modificações; o reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no "caput" do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, formaliza a celebração do presente Contrato de Credenciamento para prestação de serviços de saúde, e se declara devidamente autorizado de conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Ato Constitutivo, têm por si justo e acordado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

3. Constitui objeto do presente Contrato a **seleção de pessoas físicas ou jurídicas para credenciamento de serviços médicos especializados exclusivamente como plantonistas juntos às unidades de saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município: Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Hospital Municipal Materno Infantil (UMMI) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) relacionados no anexo I deste edital pelo CONTRATADO**, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no **Sistema Único de Saúde (SUS)**, doravante denominados simplesmente usuários, que passam a usufruir os serviços ora contratados.

- 1.7. Pela prestação dos Serviços descritos no item anterior, o **CONTRATADO** deverá oferecer as seguintes especialidades e serviços:

ITEM	PRODUÇÃO PLANTÕES MÉDICOS/ PROCEDIMENTOS				
	ESPECIALIDADE	PERFIL	QTDE	VLR UNT	TOTAL
41	CLÍNICA MÉDICA	PLANTÕES 24 HRS – SEG. À SEX	3,5	R\$ 1.700,00	R\$ 5.950,00
43	VISITA CLINICA MEDICA	PLANTÕES	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 10.350,00	
SETE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS.					

- 1.8. O **CONTRATADO** declara que aceita prestar os serviços, objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeitas a eventuais alterações que venham a ser introduzidas e que se presumirão conhecidas, pelo **CONTRATADO**, quando publicadas

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

no Diário Oficial do Estado da Bahia ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal.

- 1.9. Os serviços objeto deste contrato não serão prestados em regime de exclusividade pelas partes, que poderão firmar outros contratos da mesma natureza com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

3. Para fins deste Contrato de Adesão considera-se:

- 3.1. **Usuário ou paciente:** são os indivíduos vinculados ao Sistema Único de Saúde, pela SMSTF;
- 3.2. **Glosa:** recusa global ou parcial de procedimentos (inclusive medicamentos e materiais ministrados aos pacientes) e serviços apresentados nas contas que estejam em desconformidade com a tabela SIA-SUS, FIXO, RECURSOS PRÓPRIOS;
- 3.3. **Cartão SUS:** cartão de identificação do usuário emitido nas Unidades Básicas de Saúde e Complexo Regulador, constando seu número de matrícula, válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial;
- 3.4. **Tabela de Procedimentos do SUS:** é o rol de procedimentos cobertos pelo **Ministério da Saúde** na qual constam os valores que serão pagos pelos serviços prestados.
- 3.5. **Conta:** documento que discrimina os atendimentos realizados pelo **CONTRATADO** a um paciente;
- 3.6. **Fatura:** conjunto de contas relacionadas aos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3. São obrigações do **CONTRATADO**:

- 13.1. Garantir aos usuários do **SUS**, a equidade no atendimento e os mesmos padrões técnicos e de serviços médico-hospitalares dispensados a todos os demais pacientes do **CONTRATADO**, utilizando-se de todo seu arsenal tecnológico disponível, quando se fizer necessário.
- 13.2. Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários, conforme atos normativos expedidos pela **SMSTF**, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade única e exclusiva do **CONTRATADO**.
- 13.3. Observar as instruções de caráter técnico e operacional fornecidas pela **SMSTF** na execução dos serviços previstos neste instrumento.
- 13.4. Manter afixado nas unidades de admissão ou atendimento de pacientes, em local visível, "aviso" sobre a existência deste Contrato, contendo instruções resumidas sobre as condições vigentes, tais como serviços e especialidades incluídas.
- 13.5. Estar regularmente habilitado, dentro de sua(s) especialização (ões) a prestar atendimentos aos usuários do **SUS**, conforme contrato e sem qualquer tipo de restrição, desde que estes apresentem a Guia de Autorização regulada pelo complexo regulador e unidades de saúde.
- 13.6. Comunicar a **SMSTF**, por escrito, eventuais mudanças de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, facultando-se a **SMSTF** a realização de vistoria técnica e análise da conveniência em se manter os serviços no novo endereço.
- 13.7. Manter seus dados cadastrais junto ao **SMSTF** devidamente atualizados, informando formalmente a esta secretaria quaisquer alterações imediatamente após a sua ocorrência, para fins de atualização.
- 13.8. Notificar a **SMSTF** de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual, e, notadamente, de qualquer alteração relevante no seu Estatuto, Contrato Social ou Ato Constitutivo.
- 13.9. Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou parafiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- atividades, devendo apresentar a **SMSTF**, sempre que esta secretaria julgar necessário, as comprovações dessa regularidade, reservando-se ao **SMSTF** o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.
- 13.10.** Não delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados, sob pena de descredenciamento.
- 13.11.** Fornecer a **SMSTF**, quando por este solicitado, e mediante acordo quanto ao prazo de entrega, relatórios periódicos ou pontuais que retratem a assistência prestada observada as questões éticas e o sigilo profissional, bem como quaisquer outros que vierem a ser exigidos por força de lei ou regulamentação específica, desde que referentes ao objeto do presente instrumento.
- 14.** O **CONTRATADO** e seu responsável técnico deverão estar comprovadamente em dia com as obrigações pertinentes à inscrição no Conselho Regional de sua categoria profissional.
- 15.** Ao **CONTRATADO** cabe o dever de segurança pelos serviços prestados, na forma deste Contrato, aos usuários do SUS, regulados pela **SMSTF**, inclusive repetindo, sem ônus para o **SMSTF**, qualquer procedimento cujo resultado dê margem à dúvida.
- 16.** O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente a **SMSTF** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo do **CONTRATADO** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 17.** É vedado ao **CONTRATADO** utilizar ou permitir que terceiros utilizem usuários do **SUS** para fins de experimentação ou ensino, ressalvando-se no tocante ao ensino, a assistência de “Médico Residente” e/ou “Estagiário” sob **direta supervisão de profissional docente habilitado**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SMSTF

- 3.** São obrigações da **SMSTF**:
- 1.5.** Manter contato permanente com o **CONTRATADO**, no sentido de mantê-lo atualizado quanto a normas, procedimentos e métodos vigentes, observando a antecedência necessária, para a efetiva adequação do **CONTRATADO** aos mesmos.
- 1.6.** Pagar ao **CONTRATADO** os serviços prestados conforme cláusula primeira, de acordo com os termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF** e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por este expedida(s);
- 1.6.1.** Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado da Bahia e outras determinadas por lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

- 3.** Para prestar o devido atendimento, o **CONTRATADO** deverá exigir do usuário a apresentação da Guia de Autorização e cartão **SUS**, juntamente com documento de identidade legal, com foto.
- 4.1.** O **CONTRATADO** é responsável pela identificação do usuário, sob pena do não reconhecimento da despesa realizada e rescisão deste Contrato.
- 4.2.** A não apresentação da Guia de Autorização implicará na glosa do atendimento na fatura.
- 5.** Os atendimentos devem ser feitos de forma a suprir as necessidades dos usuários, privilegiando-se os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes e crianças até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

- 5.** Todos os procedimentos, taxas, honorários, produtos farmacêuticos e materiais utilizados durante a prestação dos serviços contratados pela SMSTF serão **de inteira responsabilidade do Contratado**.
- 6.** Não será permitido ao **CONTRATADO**, em nenhuma hipótese, a cobrança de serviços, diárias, taxas, materiais, medicamentos ou honorários médicos, sob qualquer pretexto e/ou forma, dos usuários do **SUS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS

- 9.** Os serviços, objeto deste Contrato de Adesão, que tenham sido regularmente prestados, conforme estipulado neste instrumento, serão pagos ao **CONTRATADO** pela **SMSTF**, de acordo com os

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, N° 2817 | Caderno 17

respectivos termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor à época do atendimento, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF**, e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por esta expedida(s).

10. Observado o regime normativo estabelecido pela **SMSTF**, o **CONTRATADO** apresentará a(s) fatura(s) correspondente(s) aos serviços prestados, para processamento, no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, juntamente com a respectiva documentação complementar que porventura for solicitada pela **SMSTF**, incluindo comprovante de regularidade perante ao FGTS, CNDT e fazendárias federal, estadual e municipal.
11. A(s) fatura(s) apresentada(s) serão processadas pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, ressalvada a hipótese de suspensão e/ou interrupção da revisão técnica e administrativa, ou de processamento da documentação, por motivos administrativos ou técnicos, o que implicará em correspondente prorrogação do prazo.
12. O **CONTRATADO** poderá apresentar suas faturas em uma única remessa mensal ou em remessas menores, obedecendo-se sempre o período de medição dos serviços prestados compreendido entre o dia 1º e 30 do mês corrente, e respeitada a data de apresentação estipulada no item 7.2
 - 22.1. Independentemente do número de remessas enviadas no período, nos termos do item 4, o pagamento será feito mensalmente pela **SMSTF**.
23. Os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados devem ficar arquivados por no mínimo 04 (quatro) anos e à disposição da **SMSTF** para eventuais auditorias.
24. Ressalvadas as hipóteses legais, a **SMSTF** não poderá ser responsabilizada nem arcar com as despesas referentes a procedimentos não autorizados previamente pela **SMSTF**, conforme o que dispõe o presente instrumento de contrato.
25. Os critérios, documentação, condições e prazos relativos às faturas poderão ser alterados por Portaria do secretário da **SMSTF**.
26. Fica a **SMSTF** autorizada a rever as faturas emitidas pelo **CONTRATADO**, por até 01 ano após o término do contrato, podendo, com o objetivo de promover a regularização da situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir, em fatura que for devida ao **CONTRATADO**, qualquer quantia indevidamente cobrada e/ou recebida.
27. O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pela **SMSTF** após recebimento da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por meio de depósito na conta corrente do **CONTRATADO**, conforme indicado por ele no momento da contratação.
28. O **CONTRATADO** deverá encaminhar as notas fiscais relativas aos serviços faturados e processados pela **SMSTF** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da **SMSTF**.

CLÁUSULA OITAVA: DAS GLOSAS

3. As faturas apresentadas pelo **CONTRATADO** passarão por análise técnica e conferência administrativa pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, a fim de verificar a conformidade da documentação, dos padrões estabelecidos, dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico.
 - 3.1. Constatada inconsistência administrativa ou técnica na análise de que trata o item 1, as respectivas despesas serão objeto de glosa fundamentada, conforme definição constante da Cláusula Segunda, inciso 1.2.
 - 3.2. O **CONTRATADO** poderá apresentar recurso às glosas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pagamento, acompanhado dos documentos respectivos à conta glosada, sob pena do não conhecimento do recurso.
 - 3.3. O recurso de Glosa apresentado tempestivamente pelo **CONTRATADO** será analisado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, N° 2817 | Caderno 17

- 3.4. Da análise do Recurso de glosa, poderá ser identificado:
- 3.4.1. Glosa Indevida – A **SMSTF** solicitará ao **CONTRATADO**, nota fiscal e demais documentos necessários para a realização do pagamento.
- 3.4.2. Glosa Mantida – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório da análise com a motivação da manutenção da Glosa.
- 3.4.3. Glosa a Menor – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório identificando pagamento indevido, motivando a realização de encontro de contas, na próxima fatura apresentada.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

3. As penalidades decorrentes da infração ao disposto no presente instrumento serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida e os danos que dela provierem para a **SMSTF** ou seu usuário, sem prejuízo de quaisquer responsabilidades penais ou civis decorrentes de dolo ou culpa do **CONTRATADO**.
- 13.1. Fica assegurado ao **CONTRATADO**, em qualquer caso, o devido processo legal e o exercício do direito de defesa.
14. Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas pela **SMSTF**, individual ou cumulativamente, a seu critério:
- a) advertência escrita
- b) “multa-dia”
- c) ressarcimento das despesas pagas pela **SMSTF** a outro prestador em decorrência da negativa de atendimento do **CONTRATADO**.
- d) rescisão.
- 14.1. A “multa-dia” corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) “multa-dia”, facultando-se a **SMSTF** deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao **CONTRATADO**.
15. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **SMSTF** de exigir o ressarcimento integral pelas perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.
16. A **SMSTF** poderá optar diretamente pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.
17. Verificada divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo **CONTRATADO**, a **SMSTF** terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

3. O presente contato terá sua vigência entre 02 de outubro de 2017 e 31 de outubro de 2017, estando o mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo art.57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7. O valor estimado do presente Contrato, para o período de vigência estabelecido na Cláusula Décima, é de R\$ 10.350,00 (Dez mil, trezentos e cinquenta reais), podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados e segundo os preços de remuneração constantes das tabelas do **SUS**.
8. Os recursos para atender às despesas resultantes deste Contrato, correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, constante do presente orçamento, e para os exercícios subseqüentes, pela(s) dotação(ões) descrita(s) abaixo, para atender obrigações da mesma natureza, se for o caso.

ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA:

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

03.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE:

6.202 - GESTÃO DAS AÇÕES – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
2.207 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

9. O valor de que trata o item 1 considera a população a ser atendida, a qualificação do prestador, os parâmetros de necessidade e cobertura definidos pela Rede Atenção à Saúde da **SMSTF**, e o histórico da execução de contratos anteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

11. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, ou descumprimento das normas da **SMSTF** em vigor, este poderá ser rescindido em qualquer tempo, através de ato formal e unilateral da **SMSTF**, nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CONTRATADO**, desde que fique assegurado a pacientes porventura sob atendimento na data da rescisão, o tratamento devido nas mesmas condições estipuladas no presente contrato.
- 11.1. No caso da rescisão prevista no item anterior, a **SMSTF** deverá comunicar ao **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao **CONTRATADO** quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
12. A **SMSTF** poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso extrajudicial, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por ato unilateral, reduzido a termo, precedido de decisão escrita e fundamentada pelo Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
13. As partes poderão rescindir o contrato amigavelmente, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por acordo reduzido a termo precedido de decisão escrita e fundamentada do Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
14. A ausência da prestação de serviços do **CONTRATADO** aos usuários do **SMSTF**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ininterruptos, poderá implicar, após avaliação técnica sobre a conveniência da manutenção do credenciamento, em rescisão parcial ou total deste contrato, mediante simples aviso extrajudicial.
15. Em caso de rescisão contratual, fica assegurada aos usuários a continuidade do tratamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas condições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25. A **SMSTF** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do setor responsável pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
26. A **SMSTF** reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes deste Contrato ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) ao **CONTRATADO** das faturas que tenham sido aprovadas.
27. Este instrumento poderá ser modificado por meio de aditamento, pela **SMSTF**, sempre que ocorrer alteração no “modelo padronizado” do Contrato de Adesão adotado pela **SMSTF**, ou para a inserção de circunstâncias especiais pertinentes a tratamento e/ou serviços complementares específicos do objeto ora contratado.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

28. A **SMSTF** se reserva o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.
29. O **CONTRATADO** proporcionará todas as facilidades e acessos necessários ao pessoal que a **SMSTF** designar para exercer a função fiscalizadora que lhe é facultada, bem como a qualquer outro servidor do **SMSTF** no desempenho de suas funções, respeitados os preceitos éticos.
30. A fiscalização de que trata os itens 4 e 5 terá por objeto as condições para prestação dos serviços e o controle da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela normalidade e eficiência técnica da prestação assistencial e fornecimentos realizados.
31. A fiscalização realizada pela **SMSTF** não elidirá nem reduzirá a responsabilidade do **CONTRATADO**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência jamais implicará co-responsabilidade do **SMSTF**.
32. O **CONTRATADO** se obriga a permitir a revisão do prontuário do usuário-paciente por ele assistido, que somente poderá ser feita dentro das dependências do mesmo, por equipe multiprofissional de auditoria do **SMSTF**, devidamente apresentada por escrito como tal, não sendo permitida a extração de cópia dos prontuários dos pacientes, mesmo que parcial, por razões de sigilo médico, exceto nos casos de autorização escrita do respectivo paciente, com firma reconhecida.
33. O **CONTRATADO** permitirá a verificação de instalações e equipamentos nas dependências do estabelecimento e auditoria comprobatória de qualidade de atendimentos.
34. As partes se autorizam reciprocamente a divulgar a formalização do presente credenciamento.
35. A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros contratos de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre a **SMSTF** e o **CONTRATADO**, ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.
36. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

3. Para dirimir dúvidas de interpretação ou execução do presente instrumento contratual, as partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato e seu anexo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que a tudo viram e assistiram, obrigando-se ao seu integral e fiel cumprimento.

Teixeira de Freitas, 02 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RODRIGO KUADA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

**NEUROCLINICA SERVIÇOS MÉDICOS
ESPECIALIZADOS-EPP**

DANIELA PRATTI MARTINS REPRESENTANTE
LEGAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
CPF: _____

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

CONTRATO Nº 3-702-2017
CRENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS

CONTRATO DE CRENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS e, RZM- SERVIÇOS MEDICOS LTDA-EPP, nos seguintes termos:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - SMSTF, com sede na Avenida João Paulo II, nº 680, Bairro Vila Caraípe, CNPJ 13.843.896/0001-12, doravante designado **CONTRATANTE** e representado pelo Secretário Geral **RODRIGO KUADA SOARES**, brasileiro, CPF nº 043.200.526-92, carteira de Identidade 29.553.915-X, conforme **Delegação de Competência**, e de outro lado, a empresa, **RZM- SERVIÇOS MEDICOS LTDA-EPP** inscrito no CNPJ sob o 14.227.595/0001-27, com sede na Av. Brasil, 108 salas 01, 02, 03, Novo Horizonte, Teixeira de Freitas-BA neste ato representada por seu representante legal **FABIANO BARBOSA NOVAIS** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.168.656-66 portador da Carteira de Identidade nº 20.942.630-61 SSP-BA de conformidade com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, o art. 218 da Lei Delegada 180, de 20/01/2011; art. 85 da Lei Complementar 64/2002; as normas gerais da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e suas posteriores modificações; o reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no "caput" do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, formaliza a celebração do presente Contrato de Credenciamento para prestação de serviços de saúde, e se declara devidamente autorizado de conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Ato Constitutivo, têm por si justo e acordado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

4. Constitui objeto do presente Contrato a **seleção de pessoas físicas ou jurídicas para credenciamento de serviços médicos especializados exclusivamente como plantonistas juntos às unidades de saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município: Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Hospital Municipal Materno Infantil (UMMI) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) relacionados no anexo I deste edital pelo CONTRATADO**, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no **Sistema Único de Saúde (SUS)**, doravante denominados simplesmente usuários, que passam a usufruir os serviços ora contratados.

- 1.10. Pela prestação dos Serviços descritos no item anterior, o **CONTRATADO** deverá oferecer as seguintes especialidades e serviços:

ITEM	PRODUÇÃO PLANTÕES MÉDICOS/ PROCEDIMENTOS				
	ESPECIALIDADE	PERFIL	QTDE	VLR UNT	TOTAL
41	CLÍNICA MÉDICA	PLANTÕES 24 HRS – SEG. À SEX	3,5	R\$ 1.700,00	R\$ 5.950,00
43	VISITA CLINICA MÉDICA	PLANTÕES	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 10.350,00	

- 1.11. O **CONTRATADO** declara que aceita prestar os serviços, objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeitas a eventuais alterações que venham a ser introduzidas e que se presumirão conhecidas, pelo **CONTRATADO**, quando publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 1.12. Os serviços objeto deste contrato não serão prestados em regime de exclusividade pelas partes, que poderão firmar outros contratos da mesma natureza com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

4. Para fins deste Contrato de Adesão considera-se:
- 4.1. **Usuário ou paciente:** são os indivíduos vinculados ao Sistema Único de Saúde, pela SMSTF;
- 4.2. **Glosa:** recusa global ou parcial de procedimentos (inclusive medicamentos e materiais ministrados aos pacientes) e serviços apresentados nas contas que estejam em desconformidade com a tabela SIA-SUS, FIXO, RECURSOS PRÓPRIOS;
- 4.3. **Cartão SUS:** cartão de identificação do usuário emitido nas Unidades Básicas de Saúde e Complexo Regulador, constando seu número de matrícula, válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial;
- 4.4. **Tabela de Procedimentos do SUS:** é o rol de procedimentos cobertos pelo **Ministério da Saúde** na qual constam os valores que serão pagos pelos serviços prestados.
- 4.5. **Conta:** documento que discrimina os atendimentos realizados pelo **CONTRATADO** a um paciente;
- 4.6. **Fatura:** conjunto de contas relacionadas aos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. São obrigações do **CONTRATADO**:
- 17.1. Garantir aos usuários do **SUS**, a equidade no atendimento e os mesmos padrões técnicos e de serviços médico-hospitalares dispensados a todos os demais pacientes do **CONTRATADO**, utilizando-se de todo seu arsenal tecnológico disponível, quando se fizer necessário.
- 17.2. Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários, conforme atos normativos expedidos pela **SMSTF**, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade única e exclusiva do **CONTRATADO**.
- 17.3. Observar as instruções de caráter técnico e operacional fornecidas pela **SMSTF** na execução dos serviços previstos neste instrumento.
- 17.4. Manter afixado nas unidades de admissão ou atendimento de pacientes, em local visível, "aviso" sobre a existência deste Contrato, contendo instruções resumidas sobre as condições vigentes, tais como serviços e especialidades incluídas.
- 17.5. Estar regularmente habilitado, dentro de sua(s) especialização (ões) a prestar atendimentos aos usuários do **SUS**, conforme contrato e sem qualquer tipo de restrição, desde que estes apresentem a Guia de Autorização regulada pelo complexo regulador e unidades de saúde.
- 17.6. Comunicar a **SMSTF**, por escrito, eventuais mudanças de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, facultando-se a **SMSTF** a realização de vistoria técnica e análise da conveniência em se manter os serviços no novo endereço.
- 17.7. Manter seus dados cadastrais junto ao **SMSTF** devidamente atualizados, informando formalmente a esta secretaria quaisquer alterações imediatamente após a sua ocorrência, para fins de atualização.
- 17.8. Notificar a **SMSTF** de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual, e, notadamente, de qualquer alteração relevante no seu Estatuto, Contrato Social ou Ato Constitutivo.
- 17.9. Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou parafiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, devendo apresentar a **SMSTF**, sempre que esta secretaria julgar necessário, as comprovações dessa regularidade, reservando-se ao **SMSTF** o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 17.10. Não delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados, sob pena de descredenciamento.
- 17.11. Fornecer a **SMSTF**, quando por este solicitado, e mediante acordo quanto ao prazo de entrega, relatórios periódicos ou pontuais que retratem a assistência prestada observada as questões éticas e o sigilo profissional, bem como quaisquer outros que vierem a ser exigidos por força de lei ou regulamentação específica, desde que referentes ao objeto do presente instrumento.
18. O **CONTRATADO** e seu responsável técnico deverão estar comprovadamente em dia com as obrigações pertinentes à inscrição no Conselho Regional de sua categoria profissional.
19. Ao **CONTRATADO** cabe o dever de segurança pelos serviços prestados, na forma deste Contrato, aos usuários do SUS, regulados pela **SMSTF**, inclusive repetindo, sem ônus para o **SMSTF**, qualquer procedimento cujo resultado dê margem à dúvida.
20. O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente a **SMSTF** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo do **CONTRATADO** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
21. É vedado ao **CONTRATADO** utilizar ou permitir que terceiros utilizem usuários do **SUS** para fins de experimentação ou ensino, ressalvando-se no tocante ao ensino, a assistência de "Médico Residente" e/ou "Estagiário" sob **direta supervisão de profissional docente habilitado**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SMSTF

4. São obrigações da **SMSTF**:
 - 1.7. Manter contato permanente com o **CONTRATADO**, no sentido de mantê-lo atualizado quanto a normas, procedimentos e métodos vigentes, observando a antecedência necessária, para a efetiva adequação do **CONTRATADO** aos mesmos.
 - 1.8. Pagar ao **CONTRATADO** os serviços prestados conforme cláusula primeira, de acordo com os termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF** e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por este expedida(s);
 - 1.8.1. Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado da Bahia e outras determinadas por lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

4. Para prestar o devido atendimento, o **CONTRATADO** deverá exigir do usuário a apresentação da Guia de Autorização e cartão **SUS**, juntamente com documento de identidade legal, com foto.
- 5.1. O **CONTRATADO** é responsável pela identificação do usuário, sob pena do não reconhecimento da despesa realizada e rescisão deste Contrato.
- 5.2. A não apresentação da Guia de Autorização implicará na glosa do atendimento na fatura.
6. Os atendimentos devem ser feitos de forma a suprir as necessidades dos usuários, privilegiando-se os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes e crianças até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

7. Todos os procedimentos, taxas, honorários, produtos farmacêuticos e materiais utilizados durante a prestação dos serviços contratados pela **SMSTF** serão **de inteira responsabilidade do Contratado**.
8. Não será permitido ao **CONTRATADO**, em nenhuma hipótese, a cobrança de serviços, diárias, taxas, materiais, medicamentos ou honorários médicos, sob qualquer pretexto e/ou forma, dos usuários do **SUS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS

13. Os serviços, objeto deste Contrato de Adesão, que tenham sido regularmente prestados, conforme estipulado neste instrumento, serão pagos ao **CONTRATADO** pela **SMSTF**, de acordo com os respectivos termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor à época do atendimento,

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF**, e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por esta expedida(s).

14. Observado o regime normativo estabelecido pela **SMSTF**, o **CONTRATADO** apresentará a(s) fatura(s) correspondente(s) aos serviços prestados, para processamento, no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, juntamente com a respectiva documentação complementar que porventura for solicitada pela **SMSTF**, incluindo comprovante de regularidade perante ao FGTS, CNDT e fazendárias federal, estadual e municipal.
15. A(s) fatura(s) apresentada(s) serão processadas pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, ressalvada a hipótese de suspensão e/ou interrupção da revisão técnica e administrativa, ou de processamento da documentação, por motivos administrativos ou técnicos, o que implicará em correspondente prorrogação do prazo.
16. O **CONTRATADO** poderá apresentar suas faturas em uma única remessa mensal ou em remessas menores, obedecendo-se sempre o período de medição dos serviços prestados compreendido entre o dia 1º e 30 do mês corrente, e respeitada a data de apresentação estipulada no item 7.2
 - 28.1. Independentemente do número de remessas enviadas no período, nos termos do item 4, o pagamento será feito mensalmente pela **SMSTF**.
29. Os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados devem ficar arquivados por no mínimo 04 (quatro) anos e à disposição da **SMSTF** para eventuais auditorias.
30. Ressalvadas as hipóteses legais, a **SMSTF** não poderá ser responsabilizada nem arcar com as despesas referentes a procedimentos não autorizados previamente pela **SMSTF**, conforme o que dispõe o presente instrumento de contrato.
31. Os critérios, documentação, condições e prazos relativos às faturas poderão ser alterados por Portaria do secretário da **SMSTF**.
32. Fica a **SMSTF** autorizada a rever as faturas emitidas pelo **CONTRATADO**, por até 01 ano após o término do contrato, podendo, com o objetivo de promover a regularização da situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir, em fatura que for devida ao **CONTRATADO**, qualquer quantia indevidamente cobrada e/ou recebida.
33. O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pela **SMSTF** após recebimento da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por meio de depósito na conta corrente do **CONTRATADO**, conforme indicado por ele no momento da contratação.
34. O **CONTRATADO** deverá encaminhar as notas fiscais relativas aos serviços faturados e processados pela **SMSTF** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da **SMSTF**.

CLÁUSULA OITAVA: DAS GLOSAS

4. As faturas apresentadas pelo **CONTRATADO** passarão por análise técnica e conferência administrativa pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, a fim de verificar a conformidade da documentação, dos padrões estabelecidos, dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico.
 - 4.1. Constatada inconsistência administrativa ou técnica na análise de que trata o item 1, as respectivas despesas serão objeto de glosa fundamentada, conforme definição constante da Cláusula Segunda, inciso 1.2.
 - 4.2. O **CONTRATADO** poderá apresentar recurso às glosas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pagamento, acompanhado dos documentos respectivos à conta glosada, sob pena do não conhecimento do recurso.
 - 4.3. O recurso de Glosa apresentado tempestivamente pelo **CONTRATADO** será analisado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento.
 - 4.4. Da análise do Recurso de glosa, poderá ser identificado:

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 4.4.1. Glosa Indevida – A **SMSTF** solicitará ao **CONTRATADO**, nota fiscal e demais documentos necessários para a realização do pagamento.
- 4.4.2. Glosa Mantida – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório da análise com a motivação da manutenção da Glosa.
- 4.4.3. Glosa a Menor – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório identificando pagamento indevido, motivando a realização de encontro de contas, na próxima fatura apresentada.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

- 4. As penalidades decorrentes da infração ao disposto no presente instrumento serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida e os danos que dela provierem para a **SMSTF** ou seu usuário, sem prejuízo de quaisquer responsabilidades penais ou civis decorrentes de dolo ou culpa do **CONTRATADO**.
 - 17.1. Fica assegurado ao **CONTRATADO**, em qualquer caso, o devido processo legal e o exercício do direito de defesa.
- 18. Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas pela **SMSTF**, individual ou cumulativamente, a seu critério:
 - a) advertência escrita
 - b) “multa-dia”
 - c) ressarcimento das despesas pagas pela **SMSTF** a outro prestador em decorrência da negativa de atendimento do **CONTRATADO**.
 - d) rescisão.
- 18.1. A “multa-dia” corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) “multa-dia”, facultando-se a **SMSTF** deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao **CONTRATADO**.
- 19. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **SMSTF** de exigir o ressarcimento integral pelas perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.
- 20. A **SMSTF** poderá optar diretamente pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.
- 21. Verificada divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo **CONTRATADO**, a **SMSTF** terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

- 4. O presente contato terá sua vigência entre 02 de outubro de 2017 e 31 de outubro de 2017, estando o mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo art.57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10. O valor estimado do presente Contrato, para o período de vigência estabelecido na Cláusula Décima, é de R\$ 10.350,00(Dez mil trezentos e cinquenta reais), podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados e segundo os preços de remuneração constantes das tabelas do **SUS**.
- 11. Os recursos para atender às despesas resultantes deste Contrato, correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, constante do presente orçamento, e para os exercícios subsequentes, pela(s) dotação(ões) descrita(s) abaixo, para atender obrigações da mesma natureza, se for o caso.

ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA:

03.10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

PROJETO ATIVIDADE:

8.202 - GESTÃO DAS AÇÕES – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
2.207 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

12. O valor de que trata o item 1 considera a população a ser atendida, a qualificação do prestador, os parâmetros de necessidade e cobertura definidos pela Rede Atenção à Saúde da **SMSTF**, e o histórico da execução de contratos anteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

16. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, ou descumprimento das normas da **SMSTF** em vigor, este poderá ser rescindido em qualquer tempo, através de ato formal e unilateral da **SMSTF**, nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CONTRATADO**, desde que fique assegurado a pacientes porventura sob atendimento na data da rescisão, o tratamento devido nas mesmas condições estipuladas no presente contrato.
- 16.1. No caso da rescisão prevista no item anterior, a **SMSTF** deverá comunicar ao **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao **CONTRATADO** quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
17. A **SMSTF** poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso extrajudicial, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por ato unilateral, reduzido a termo, precedido de decisão escrita e fundamentada pelo Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
18. As partes poderão rescindir o contrato amigavelmente, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por acordo reduzido a termo precedido de decisão escrita e fundamentada do Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
19. A ausência da prestação de serviços do **CONTRATADO** aos usuários do **SMSTF**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ininterruptos, poderá implicar, após avaliação técnica sobre a conveniência da manutenção do credenciamento, em rescisão parcial ou total deste contrato, mediante simples aviso extrajudicial.
20. Em caso de rescisão contratual, fica assegurada aos usuários a continuidade do tratamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas condições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

37. A **SMSTF** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do setor responsável pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
38. A **SMSTF** reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes deste Contrato ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) ao **CONTRATADO** das faturas que tenham sido aprovadas.
39. Este instrumento poderá ser modificado por meio de aditamento, pela **SMSTF**, sempre que ocorrer alteração no “modelo padronizado” do Contrato de Adesão adotado pela **SMSTF**, ou para a inserção de circunstâncias especiais pertinentes a tratamento e/ou serviços complementares específicos do objeto ora contratado.
40. A **SMSTF** se reserva o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

41. O **CONTRATADO** proporcionará todas as facilidades e acessos necessários ao pessoal que a **SMSTF** designar para exercer a função fiscalizadora que lhe é facultada, bem como a qualquer outro servidor do **SMSTF** no desempenho de suas funções, respeitados os preceitos éticos.
42. A fiscalização de que trata os itens 4 e 5 terá por objeto as condições para prestação dos serviços e o controle da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela normalidade e eficiência técnica da prestação assistencial e fornecimentos realizados.
43. A fiscalização realizada pela **SMSTF** não elidirá nem reduzirá a responsabilidade do **CONTRATADO**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência jamais implicará corresponsabilidade do **SMSTF**.
44. O **CONTRATADO** se obriga a permitir a revisão do prontuário do usuário-paciente por ele assistido, que somente poderá ser feita dentro das dependências do mesmo, por equipe multiprofissional de auditoria do **SMSTF**, devidamente apresentada por escrito como tal, não sendo permitida a extração de cópia dos prontuários dos pacientes, mesmo que parcial, por razões de sigilo médico, exceto nos casos de autorização escrita do respectivo paciente, com firma reconhecida.
45. O **CONTRATADO** permitirá a verificação de instalações e equipamentos nas dependências do estabelecimento e auditoria comprobatória de qualidade de atendimentos.
46. As partes se autorizam reciprocamente a divulgar a formalização do presente credenciamento.
47. A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros contratos de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre a **SMSTF** e o **CONTRATADO**, ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.
48. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

4. Para dirimir dúvidas de interpretação ou execução do presente instrumento contratual, as partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato e seu anexo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que a tudo viram e assistiram, obrigando-se ao seu integral e fiel cumprimento.

Teixeira de Freitas, 02 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RZM- SERVIÇOS MEDICOS LTDA-EPP

RODRIGO KUADA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

FABIANO BARBOSA NOVAIS

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
CPF: _____

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

CONTRATO Nº 3-704-2017
CRENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS

CONTRATO DE CRENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS e GMS ASSISTENCIA MÉDICA LTDA-ME, nos seguintes termos:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - SMSTF, com sede na Avenida João Paulo II, nº 680, Bairro Vila Caraípe, CNPJ 13.843.896/0001-12, doravante designado **CONTRATANTE** e representado pelo Secretário Geral **RODRIGO KUADA SOARES**, brasileiro, CPF nº 043.200.526-92, carteira de Identidade 29.553.915-X, conforme **Delegação de Competência**, e de outro lado, a empresa **GMS ASSISTENCIA MÉDICA LTDA-ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.302.317/0001-00, com sede à Rua Massonori Nagao, nº95, sala 01, Bairro Centro, Teixeira de Freitas-BA, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. **MANOEL FRANCISCO ALVES SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.494.556-04, portador da Carteira de Identidade nº 578185 SSP BA, de conformidade com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, o art. 218 da Lei Delegada 180, de 20/01/2011; art. 85 da Lei Complementar 64/2002; as normas gerais da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e suas posteriores modificações; o reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no "caput" do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, formaliza a celebração do presente Contrato de Credenciamento para prestação de serviços de saúde, e se declara devidamente autorizado de conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Ato Constitutivo, têm por si justo e acordado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

5. Constitui objeto do presente Contrato a **seleção de pessoas físicas ou jurídicas para credenciamento de serviços médicos especializados exclusivamente como plantonistas juntos às unidades de saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município: Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Hospital Municipal Materno Infantil (UMMI) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) relacionados no anexo I deste edital pelo CONTRATADO**, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no **Sistema Único de Saúde (SUS)**, doravante denominados simplesmente usuários, que passam a usufruir os serviços ora contratados.

- 1.13. Pela prestação dos Serviços descritos no item anterior, o **CONTRATADO** deverá oferecer as seguintes especialidades e serviços:

ITEM	PRODUÇÃO PLANTÕES MÉDICOS/ PROCEDIMENTOS				
	ESPECIALIDADE	PERFIL	QTDE	VLR UNT	TOTAL
2	CIRURGIA GERAL	12 HRS DIURNO HORAS / SEG A SEX	8	R\$ 1.000,00	8.000,00
3	CIRURGIA GERAL	SOBRE AVISO NOTURNO DE SEG. A SEG.	15	500,00	7.500,00
5	CIRURGIA GERAL	CIRURGIAS ELETIVAS I – PRODUCAO	68	R\$ 250,00	17.000,00
6	CIRURGIA GERAL	CIRURGIAS ELETIVAS II – PRODUCAO	40	R\$ 300,00	12.000,00

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

7	CIRURGIA GERAL	CIRURGIAS ELETIVAS – PRODUCAO ONCOLÓGICA	30	400,00	12.000,00
41	CLÍNICA MÉDICA	PLANTÕES 24 HRS – SEG. À SEX	3,5	R\$ 1.700,00	R\$ 5.950,00
43	VISITA CLINICA MEDICA	PLANTÕES	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 66.850,00	

- 1.14. O **CONTRATADO** declara que aceita prestar os serviços, objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeitas a eventuais alterações que venham a ser introduzidas e que se presumirão conhecidas, pelo **CONTRATADO**, quando publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal.
- 1.15. Os serviços objeto deste contrato não serão prestados em regime de exclusividade pelas partes, que poderão firmar outros contratos da mesma natureza com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

5. Para fins deste Contrato de Adesão considera-se:
- 5.1. **Usuário ou paciente:** são os indivíduos vinculados ao Sistema Único de Saúde, pela SMSTF;
- 5.2. **Glosa:** recusa global ou parcial de procedimentos (inclusive medicamentos e materiais ministrados aos pacientes) e serviços apresentados nas contas que estejam em desconformidade com a tabela SIA-SUS, FIXO, RECURSOS PRÓPRIOS;
- 5.3. **Cartão SUS:** cartão de identificação do usuário emitido nas Unidades Básicas de Saúde e Complexo Regulador, constando seu número de matrícula, válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial;
- 5.4. **Tabela de Procedimentos do SUS:** é o rol de procedimentos cobertos pelo **Ministério da Saúde** na qual constam os valores que serão pagos pelos serviços prestados.
- 5.5. **Conta:** documento que discrimina os atendimentos realizados pelo **CONTRATADO** a um paciente;
- 5.6. **Fatura:** conjunto de contas relacionadas aos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5. São obrigações do **CONTRATADO**:
- 21.1. Garantir aos usuários do **SUS**, a equidade no atendimento e os mesmos padrões técnicos e de serviços médico-hospitalares dispensados a todos os demais pacientes do **CONTRATADO**, utilizando-se de todo seu arsenal tecnológico disponível, quando se fizer necessário.
- 21.2. Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários, conforme atos normativos expedidos pela **SMSTF**, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade única e exclusiva do **CONTRATADO**.
- 21.3. Observar as instruções de caráter técnico e operacional fornecidas pela **SMSTF** na execução dos serviços previstos neste instrumento.
- 21.4. Manter afixado nas unidades de admissão ou atendimento de pacientes, em local visível, “aviso” sobre a existência deste Contrato, contendo instruções resumidas sobre as condições vigentes, tais como serviços e especialidades incluídas.
- 21.5. Estar regularmente habilitado, dentro de sua(s) especialização (ões) a prestar atendimentos aos usuários do **SUS**, conforme contrato e sem qualquer tipo de restrição, desde que estes apresentem a Guia de Autorização regulada pelo complexo regulador e unidades de saúde.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 21.6. Comunicar a SMSTF, por escrito, eventuais mudanças de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, facultando-se a **SMSTF** a realização de vistoria técnica e análise da conveniência em se manter os serviços no novo endereço.
- 21.7. Manter seus dados cadastrais junto ao **SMSTF** devidamente atualizados, informando formalmente a esta secretaria quaisquer alterações imediatamente após a sua ocorrência, para fins de atualização.
- 21.8. Notificar a **SMSTF** de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual, e, notadamente, de qualquer alteração relevante no seu Estatuto, Contrato Social ou Ato Constitutivo.
- 21.9. Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou parafiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, devendo apresentar a **SMSTF**, sempre que esta secretaria julgar necessário, as comprovações dessa regularidade, reservando-se ao **SMSTF** o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.
- 21.10. Não delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados, sob pena de descredenciamento.
- 21.11. Fornecer a **SMSTF**, quando por este solicitado, e mediante acordo quanto ao prazo de entrega, relatórios periódicos ou pontuais que retratem a assistência prestada observada as questões éticas e o sigilo profissional, bem como quaisquer outros que vierem a ser exigidos por força de lei ou regulamentação específica, desde que referentes ao objeto do presente instrumento.
22. O **CONTRATADO** e seu responsável técnico deverão estar comprovadamente em dia com as obrigações pertinentes à inscrição no Conselho Regional de sua categoria profissional.
23. Ao **CONTRATADO** cabe o dever de segurança pelos serviços prestados, na forma deste Contrato, aos usuários do SUS, regulados pela **SMSTF**, inclusive repetindo, sem ônus para o **SMSTF**, qualquer procedimento cujo resultado dê margem à dúvida.
24. O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente a **SMSTF** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo do **CONTRATADO** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
25. É vedado ao **CONTRATADO** utilizar ou permitir que terceiros utilizem usuários do **SUS** para fins de experimentação ou ensino, ressalvando-se no tocante ao ensino, a assistência de "Médico Residente" e/ou "Estagiário" sob **direta supervisão de profissional docente habilitado**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SMSTF

5. São obrigações da **SMSTF**:
 - 1.9. Manter contato permanente com o **CONTRATADO**, no sentido de mantê-lo atualizado quanto a normas, procedimentos e métodos vigentes, observando a antecedência necessária, para a efetiva adequação do **CONTRATADO** aos mesmos.
 - 1.10. Pagar ao **CONTRATADO** os serviços prestados conforme cláusula primeira, de acordo com os termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF** e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por este expedida(s);
 - 1.10.1. Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado da Bahia e outras determinadas por lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

5. Para prestar o devido atendimento, o **CONTRATADO** deverá exigir do usuário a apresentação da Guia de Autorização e cartão **SUS**, juntamente com documento de identidade legal, com foto.
- 6.1. O **CONTRATADO** é responsável pela identificação do usuário, sob pena do não reconhecimento da despesa realizada e rescisão deste Contrato.
- 6.2. A não apresentação da Guia de Autorização implicará na glosa do atendimento na fatura.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- Os atendimentos devem ser feitos de forma a suprir as necessidades dos usuários, privilegiando-se os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes e crianças até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

- Todos os procedimentos, taxas, honorários, produtos farmacêuticos e materiais utilizados durante a prestação dos serviços contratados pela SMSTF serão **de inteira responsabilidade do Contratado**.
- Não será permitido ao **CONTRATADO**, em nenhuma hipótese, a cobrança de serviços, diárias, taxas, materiais, medicamentos ou honorários médicos, sob qualquer pretexto e/ou forma, dos usuários do **SUS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS

- Os serviços, objeto deste Contrato de Adesão, que tenham sido regularmente prestados, conforme estipulado neste instrumento, serão pagos ao **CONTRATADO** pela **SMSTF**, de acordo com os respectivos termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor à época do atendimento, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF**, e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por esta expedida(s).
- Observado o regime normativo estabelecido pela **SMSTF**, o **CONTRATADO** apresentará a(s) fatura(s) correspondente(s) aos serviços prestados, para processamento, no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, juntamente com a respectiva documentação complementar que porventura for solicitada pela **SMSTF**, incluindo comprovante de regularidade perante ao FGTS, CNDT e fazendárias federal, estadual e municipal.
- A(s) fatura(s) apresentada(s) serão processadas pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, ressalvada a hipótese de suspensão e/ou interrupção da revisão técnica e administrativa, ou de processamento da documentação, por motivos administrativos ou técnicos, o que implicará em correspondente prorrogação do prazo.
- O **CONTRATADO** poderá apresentar suas faturas em uma única remessa mensal ou em remessas menores, obedecendo-se sempre o período de medição dos serviços prestados compreendido entre o dia 1º e 30 do mês corrente, e respeitada a data de apresentação estipulada no item 7.2
 - Independentemente do número de remessas enviadas no período, nos termos do item 4, o pagamento será feito mensalmente pela **SMSTF**.
- Os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados devem ficar arquivados por no mínimo 04 (quatro) anos e à disposição da **SMSTF** para eventuais auditorias.
- Ressalvadas as hipóteses legais, a **SMSTF** não poderá ser responsabilizada nem arcar com as despesas referentes a procedimentos não autorizados previamente pela **SMSTF**, conforme o que dispõe o presente instrumento de contrato.
- Os critérios, documentação, condições e prazos relativos às faturas poderão ser alterados por Portaria do secretário da **SMSTF**.
- Fica a **SMSTF** autorizada a rever as faturas emitidas pelo **CONTRATADO**, por até 01 ano após o término do contrato, podendo, com o objetivo de promover a regularização da situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir, em fatura que for devida ao **CONTRATADO**, qualquer quantia indevidamente cobrada e/ou recebida.
- O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pela **SMSTF** após recebimento da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por meio de depósito na conta corrente do **CONTRATADO**, conforme indicado por ele no momento da contratação.
- O **CONTRATADO** deverá encaminhar as notas fiscais relativas aos serviços faturados e processados pela **SMSTF** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da **SMSTF**.

CLÁUSULA OITAVA: DAS GLOSAS

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

5. As faturas apresentadas pelo **CONTRATADO** passarão por análise técnica e conferência administrativa pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, a fim de verificar a conformidade da documentação, dos padrões estabelecidos, dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico.
 - 5.1. Constatada inconsistência administrativa ou técnica na análise de que trata o item 1, as respectivas despesas serão objeto de glosa fundamentada, conforme definição constante da Cláusula Segunda, inciso 1.2.
 - 5.2. O **CONTRATADO** poderá apresentar recurso às glosas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pagamento, acompanhado dos documentos respectivos à conta glosada, sob pena do não conhecimento do recurso.
 - 5.3. O recurso de Glosa apresentado tempestivamente pelo **CONTRATADO** será analisado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento.
 - 5.4. Da análise do Recurso de glosa, poderá ser identificado:
 - 5.4.1. Glosa Indevida – A **SMSTF** solicitará ao **CONTRATADO**, nota fiscal e demais documentos necessários para a realização do pagamento.
 - 5.4.2. Glosa Mantida – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório da análise com a motivação da manutenção da Glosa.
 - 5.4.3. Glosa a Menor – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório identificando pagamento indevido, motivando a realização de encontro de contas, na próxima fatura apresentada.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

5. As penalidades decorrentes da infração ao disposto no presente instrumento serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida e os danos que dela provierem para a **SMSTF** ou seu usuário, sem prejuízo de quaisquer responsabilidades penais ou civis decorrentes de dolo ou culpa do **CONTRATADO**.
 - 21.1. Fica assegurado ao **CONTRATADO**, em qualquer caso, o devido processo legal e o exercício do direito de defesa.
22. Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas pela **SMSTF**, individual ou cumulativamente, a seu critério:
 - a) advertência escrita
 - b) “multa-dia”
 - c) ressarcimento das despesas pagas pela **SMSTF** a outro prestador em decorrência da negativa de atendimento do **CONTRATADO**.
 - d) rescisão.
 - 22.1. A “multa-dia” corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) “multa-dia”, facultando-se a **SMSTF** deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao **CONTRATADO**.
23. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **SMSTF** de exigir o ressarcimento integral pelas perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.
24. A **SMSTF** poderá optar diretamente pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

25. Verificada divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo **CONTRATADO**, a **SMSTF** terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

5. O presente contato terá sua vigência entre 02 de outubro de 2017 e 31 de outubro de 2017, estando o mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo art.57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

13. O valor estimado do presente Contrato, para o período de vigência estabelecido na Cláusula Décima, é de R\$ 66.850,00 (Sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais), podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados e segundo os preços de remuneração constantes das tabelas do **SUS**.
14. Os recursos para atender às despesas resultantes deste Contrato, correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, constante do presente orçamento, e para os exercícios subsequentes, pela(s) dotação(ões) descrita(s) abaixo, para atender obrigações da mesma natureza, se for o caso.

ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA:

03.11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE:

10.202 - GESTÃO DAS AÇÕES – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
2.207 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15. O valor de que trata o item 1 considera a população a ser atendida, a qualificação do prestador, os parâmetros de necessidade e cobertura definidos pela Rede Atenção à Saúde da **SMSTF**, e o histórico da execução de contratos anteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

21. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, ou descumprimento das normas da **SMSTF** em vigor, este poderá ser rescindido em qualquer tempo, através de ato formal e unilateral da **SMSTF**, nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CONTRATADO**, desde que fique assegurado a pacientes porventura sob atendimento na data da rescisão, o tratamento devido nas mesmas condições estipuladas no presente contrato.
- 21.1. No caso da rescisão prevista no item anterior, a **SMSTF** deverá comunicar ao **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao **CONTRATADO** quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
22. A **SMSTF** poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso extrajudicial, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por ato unilateral, reduzido a termo, precedido de decisão escrita e fundamentada pelo Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
23. As partes poderão rescindir o contrato amigavelmente, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por acordo reduzido a termo precedido de decisão escrita e fundamentada do Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
24. A ausência da prestação de serviços do **CONTRATADO** aos usuários do **SMSTF**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ininterruptos, poderá implicar, após avaliação técnica sobre a conveniência da manutenção do credenciamento, em rescisão parcial ou total deste contrato, mediante simples aviso extrajudicial.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

25. Em caso de rescisão contratual, fica assegurada aos usuários a continuidade do tratamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas condições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

49. A **SMSTF** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do setor responsável pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
50. A **SMSTF** reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes deste Contrato ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) ao **CONTRATADO** das faturas que tenham sido aprovadas.
51. Este instrumento poderá ser modificado por meio de aditamento, pela **SMSTF**, sempre que ocorrer alteração no “modelo padronizado” do Contrato de Adesão adotado pela **SMSTF**, ou para a inserção de circunstâncias especiais pertinentes a tratamento e/ou serviços complementares específicos do objeto ora contratado.
52. A **SMSTF** se reserva o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.
53. O **CONTRATADO** proporcionará todas as facilidades e acessos necessários ao pessoal que a **SMSTF** designar para exercer a função fiscalizadora que lhe é facultada, bem como a qualquer outro servidor do **SMSTF** no desempenho de suas funções, respeitados os preceitos éticos.
54. A fiscalização de que trata os itens 4 e 5 terá por objeto as condições para prestação dos serviços e o controle da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela normalidade e eficiência técnica da prestação assistencial e fornecimentos realizados.
55. A fiscalização realizada pela **SMSTF** não elidirá nem reduzirá a responsabilidade do **CONTRATADO**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência jamais implicará corresponsabilidade do **SMSTF**.
56. O **CONTRATADO** se obriga a permitir a revisão do prontuário do usuário-paciente por ele assistido, que somente poderá ser feita dentro das dependências do mesmo, por equipe multiprofissional de auditoria do **SMSTF**, devidamente apresentada por escrito como tal, não sendo permitida a extração de cópia dos prontuários dos pacientes, mesmo que parcial, por razões de sigilo médico, exceto nos casos de autorização escrita do respectivo paciente, com firma reconhecida.
57. O **CONTRATADO** permitirá a verificação de instalações e equipamentos nas dependências do estabelecimento e auditoria comprobatória de qualidade de atendimentos.
58. As partes se autorizam reciprocamente a divulgar a formalização do presente credenciamento.
59. A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros contratos de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre a **SMSTF** e o **CONTRATADO**, ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.
60. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

5. Para dirimir dúvidas de interpretação ou execução do presente instrumento contratual, as partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato e seu anexo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que a tudo viram e assistiram, obrigando-se ao seu integral e fiel cumprimento.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

Teixeira de Freitas, 02 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

GMS ASSISTENCIA MÉDICA LTDA-ME

RODRIGO KUADA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

MANOEL FRANCISCO ALVES SILVA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
CPF: _____

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

CONTRATO Nº 3-705-2017
CRENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS

CONTRATO DE CRENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS, E KL2S SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA-ME, nos seguintes termos:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - SMSTF, com sede na Avenida João Paulo II, nº 680, Bairro Vila Caraípe, CNPJ 13.843.896/0001-12, doravante designado **CONTRATANTE** e representado pelo Secretário Geral **RODRIGO KUADA SOARES**, brasileiro, CPF nº 043.200.526-92, carteira de Identidade 29.553.915-X, conforme **Delegação de Competência**, e de outro lado, a empresa **KL2S SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA-ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 27.874.657/0001-34, com sede na Rua Cleriston Andrade, 53-Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas-BA, neste ato representada por seu representante legal **SIMONE LIGIA SOUZA TEIXEIRA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 676.135.944-91 portador da Carteira de Identidade nº 1196569-SSP-PB SSP-BA de conformidade com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, o art. 218 da Lei Delegada 180, de 20/01/2011; art. 85 da Lei Complementar 64/2002; as normas gerais da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e suas posteriores modificações; o reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no "caput" do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, formaliza a celebração do presente Contrato de Credenciamento para prestação de serviços de saúde, e se declara devidamente autorizado de conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Ato Constitutivo, têm por si justo e acordado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

6. Constitui objeto do presente Contrato a **seleção de pessoas físicas ou jurídicas para credenciamento de serviços médicos especializados exclusivamente como plantonistas juntos às unidades de saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município: Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Hospital Municipal Materno Infantil (UMMI) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) relacionados no anexo I deste edital pelo CONTRATADO**, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no **Sistema Único de Saúde (SUS)**, doravante denominados simplesmente usuários, que passam a usufruir os serviços ora contratados.

- 1.16. Pela prestação dos Serviços descritos no item anterior, o **CONTRATADO** deverá oferecer as seguintes especialidades e serviços:

ITEM	PRODUÇÃO PLANTÕES MÉDICOS/ PROCEDIMENTOS				
	ESPECIALIDADE	PERFIL	QTDE	VLR UNT	TOTAL
41	CLÍNICA MÉDICA	PLANTÕES 24 HRS – SEG. À SEX	3,5	R\$ 1.700,00	R\$ 5.950,00
43	VISITA CLINICA MEDICA	PLANTÕES	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 10.350,00	

- 1.17. O **CONTRATADO** declara que aceita prestar os serviços, objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeitas a eventuais alterações que venham a ser introduzidas e que se presumirão conhecidas, pelo **CONTRATADO**, quando publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 1.18. Os serviços objeto deste contrato não serão prestados em regime de exclusividade pelas partes, que poderão firmar outros contratos da mesma natureza com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

6. Para fins deste Contrato de Adesão considera-se:
- 6.1. **Usuário ou paciente:** são os indivíduos vinculados ao Sistema Único de Saúde, pela SMSTF;
 - 6.2. **Glosa:** recusa global ou parcial de procedimentos (inclusive medicamentos e materiais ministrados aos pacientes) e serviços apresentados nas contas que estejam em desconformidade com a tabela SIA-SUS, FIXO, RECURSOS PRÓPRIOS;
 - 6.3. **Cartão SUS:** cartão de identificação do usuário emitido nas Unidades Básicas de Saúde e Complexo Regulador, constando seu número de matrícula, válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial;
 - 6.4. **Tabela de Procedimentos do SUS:** é o rol de procedimentos cobertos pelo **Ministério da Saúde** na qual constam os valores que serão pagos pelos serviços prestados.
 - 6.5. **Conta:** documento que discrimina os atendimentos realizados pelo **CONTRATADO** a um paciente;
 - 6.6. **Fatura:** conjunto de contas relacionadas aos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6. São obrigações do **CONTRATADO**:
- 25.1. Garantir aos usuários do **SUS**, a equidade no atendimento e os mesmos padrões técnicos e de serviços médico-hospitalares dispensados a todos os demais pacientes do **CONTRATADO**, utilizando-se de todo seu arsenal tecnológico disponível, quando se fizer necessário.
 - 25.2. Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários, conforme atos normativos expedidos pela **SMSTF**, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade única e exclusiva do **CONTRATADO**.
 - 25.3. Observar as instruções de caráter técnico e operacional fornecidas pela **SMSTF** na execução dos serviços previstos neste instrumento.
 - 25.4. Manter afixado nas unidades de admissão ou atendimento de pacientes, em local visível, "aviso" sobre a existência deste Contrato, contendo instruções resumidas sobre as condições vigentes, tais como serviços e especialidades incluídas.
 - 25.5. Estar regularmente habilitado, dentro de sua(s) especialização (ões) a prestar atendimentos aos usuários do **SUS**, conforme contrato e sem qualquer tipo de restrição, desde que estes apresentem a Guia de Autorização regulada pelo complexo regulador e unidades de saúde.
 - 25.6. Comunicar a **SMSTF**, por escrito, eventuais mudanças de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, facultando-se a **SMSTF** a realização de vistoria técnica e análise da conveniência em se manter os serviços no novo endereço.
 - 25.7. Manter seus dados cadastrais junto ao **SMSTF** devidamente atualizados, informando formalmente a esta secretaria quaisquer alterações imediatamente após a sua ocorrência, para fins de atualização.
 - 25.8. Notificar a **SMSTF** de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual, e, notadamente, de qualquer alteração relevante no seu Estatuto, Contrato Social ou Ato Constitutivo.
 - 25.9. Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou parafiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, devendo apresentar a **SMSTF**, sempre que esta secretaria julgar necessário, as comprovações dessa regularidade, reservando-se ao **SMSTF** o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 25.10. Não delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados, sob pena de descredenciamento.
- 25.11. Fornecer a **SMSTF**, quando por este solicitado, e mediante acordo quanto ao prazo de entrega, relatórios periódicos ou pontuais que retratem a assistência prestada observada as questões éticas e o sigilo profissional, bem como quaisquer outros que vierem a ser exigidos por força de lei ou regulamentação específica, desde que referentes ao objeto do presente instrumento.
26. O **CONTRATADO** e seu responsável técnico deverão estar comprovadamente em dia com as obrigações pertinentes à inscrição no Conselho Regional de sua categoria profissional.
27. Ao **CONTRATADO** cabe o dever de segurança pelos serviços prestados, na forma deste Contrato, aos usuários do SUS, regulados pela **SMSTF**, inclusive repetindo, sem ônus para o **SMSTF**, qualquer procedimento cujo resultado dê margem à dúvida.
28. O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente a **SMSTF** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo do **CONTRATADO** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
29. É vedado ao **CONTRATADO** utilizar ou permitir que terceiros utilizem usuários do **SUS** para fins de experimentação ou ensino, ressalvando-se no tocante ao ensino, a assistência de "Médico Residente" e/ou "Estagiário" sob **direta supervisão de profissional docente habilitado**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SMSTF

6. São obrigações da **SMSTF**:
 - 1.11. Manter contato permanente com o **CONTRATADO**, no sentido de mantê-lo atualizado quanto a normas, procedimentos e métodos vigentes, observando a antecedência necessária, para a efetiva adequação do **CONTRATADO** aos mesmos.
 - 1.12. Pagar ao **CONTRATADO** os serviços prestados conforme cláusula primeira, de acordo com os termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF** e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por este expedida(s);
 - 1.12.1. Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado da Bahia e outras determinadas por lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

6. Para prestar o devido atendimento, o **CONTRATADO** deverá exigir do usuário a apresentação da Guia de Autorização e cartão **SUS**, juntamente com documento de identidade legal, com foto.
- 7.1. O **CONTRATADO** é responsável pela identificação do usuário, sob pena do não reconhecimento da despesa realizada e rescisão deste Contrato.
- 7.2. A não apresentação da Guia de Autorização implicará na glosa do atendimento na fatura.
8. Os atendimentos devem ser feitos de forma a suprir as necessidades dos usuários, privilegiando-se os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes e crianças até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

11. Todos os procedimentos, taxas, honorários, produtos farmacêuticos e materiais utilizados durante a prestação dos serviços contratados pela **SMSTF** serão **de inteira responsabilidade do Contratado**.
12. Não será permitido ao **CONTRATADO**, em nenhuma hipótese, a cobrança de serviços, diárias, taxas, materiais, medicamentos ou honorários médicos, sob qualquer pretexto e/ou forma, dos usuários do **SUS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS

21. Os serviços, objeto deste Contrato de Adesão, que tenham sido regularmente prestados, conforme estipulado neste instrumento, serão pagos ao **CONTRATADO** pela **SMSTF**, de acordo com os respectivos termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor à época do atendimento, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF**, e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por esta expedida(s).

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

22. Observado o regime normativo estabelecido pela **SMSTF**, o **CONTRATADO** apresentará a(s) fatura(s) correspondente(s) aos serviços prestados, para processamento, no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, juntamente com a respectiva documentação complementar que porventura for solicitada pela **SMSTF**, incluindo comprovante de regularidade perante ao FGTS, CNDT e fazendárias federal, estadual e municipal.
23. A(s) fatura(s) apresentada(s) serão processadas pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, ressalvada a hipótese de suspensão e/ou interrupção da revisão técnica e administrativa, ou de processamento da documentação, por motivos administrativos ou técnicos, o que implicará em correspondente prorrogação do prazo.
24. O **CONTRATADO** poderá apresentar suas faturas em uma única remessa mensal ou em remessas menores, obedecendo-se sempre o período de medição dos serviços prestados compreendido entre o dia 1º e 30 do mês corrente, e respeitada a data de apresentação estipulada no item 7.2
 - 40.1. Independentemente do número de remessas enviadas no período, nos termos do item 4, o pagamento será feito mensalmente pela **SMSTF**.
41. Os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados devem ficar arquivados por no mínimo 04 (quatro) anos e à disposição da **SMSTF** para eventuais auditorias.
42. Ressalvadas as hipóteses legais, a **SMSTF** não poderá ser responsabilizada nem arcar com as despesas referentes a procedimentos não autorizados previamente pela **SMSTF**, conforme o que dispõe o presente instrumento de contrato.
43. Os critérios, documentação, condições e prazos relativos às faturas poderão ser alterados por Portaria do secretário da **SMSTF**.
44. Fica a **SMSTF** autorizada a rever as faturas emitidas pelo **CONTRATADO**, por até 01 ano após o término do contrato, podendo, com o objetivo de promover a regularização da situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir, em fatura que for devida ao **CONTRATADO**, qualquer quantia indevidamente cobrada e/ou recebida.
45. O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pela **SMSTF** após recebimento da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por meio de depósito na conta corrente do **CONTRATADO**, conforme indicado por ele no momento da contratação.
46. O **CONTRATADO** deverá encaminhar as notas fiscais relativas aos serviços faturados e processados pela **SMSTF** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da **SMSTF**.

CLÁUSULA OITAVA: DAS GLOSAS

6. As faturas apresentadas pelo **CONTRATADO** passarão por análise técnica e conferência administrativa pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, a fim de verificar a conformidade da documentação, dos padrões estabelecidos, dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico.
 - 6.1. Constatada inconsistência administrativa ou técnica na análise de que trata o item 1, as respectivas despesas serão objeto de glosa fundamentada, conforme definição constante da Cláusula Segunda, inciso 1.2.
 - 6.2. O **CONTRATADO** poderá apresentar recurso às glosas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pagamento, acompanhado dos documentos respectivos à conta glosada, sob pena do não conhecimento do recurso.
 - 6.3. O recurso de Glosa apresentado tempestivamente pelo **CONTRATADO** será analisado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento.
 - 6.4. Da análise do Recurso de glosa, poderá ser identificado:
 - 6.4.1. Glosa Indevida – A **SMSTF** solicitará ao **CONTRATADO**, nota fiscal e demais documentos necessários para a realização do pagamento.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 6.4.2.** Glosa Mantida – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório da análise com a motivação da manutenção da Glosa.
- 6.4.3.** Glosa a Menor – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório identificando pagamento indevido, motivando a realização de encontro de contas, na próxima fatura apresentada.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

- 6.** As penalidades decorrentes da infração ao disposto no presente instrumento serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida e os danos que dela provierem para a **SMSTF** ou seu usuário, sem prejuízo de quaisquer responsabilidades penais ou civis decorrentes de dolo ou culpa do **CONTRATADO**.
- 25.1.** Fica assegurado ao **CONTRATADO**, em qualquer caso, o devido processo legal e o exercício do direito de defesa.
- 26.** Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas pela **SMSTF**, individual ou cumulativamente, a seu critério:
- a)** advertência escrita
- b)** “multa-dia”
- c)** ressarcimento das despesas pagas pela **SMSTF** a outro prestador em decorrência da negativa de atendimento do **CONTRATADO**.
- d)** rescisão.
- 26.1.** A “multa-dia” corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) “multa-dia”, facultando-se a **SMSTF** deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao **CONTRATADO**.
- 27.** A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **SMSTF** de exigir o ressarcimento integral pelas perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.
- 28.** A **SMSTF** poderá optar diretamente pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.
- 29.** Verificada divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo **CONTRATADO**, a **SMSTF** terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

- 6.** O presente contato terá sua vigência entre 02 de outubro de 2017 e 31 de outubro de 2017, estando o mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo art.57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.** O valor estimado do presente Contrato, para o período de vigência estabelecido na Cláusula Décima, é de R\$ 10.350,00 (Dez mil, trezentos e cinquenta reais), podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados e segundo os preços de remuneração constantes das tabelas do **SUS**.
- 17.** Os recursos para atender às despesas resultantes deste Contrato, correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, constante do presente orçamento, e para os exercícios subsequentes, pela(s) dotação(ões) descrita(s) abaixo, para atender obrigações da mesma natureza, se for o caso.

ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA:

03.12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE:

12.202 - GESTÃO DAS AÇÕES – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

2.207 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

18. O valor de que trata o item 1 considera a população a ser atendida, a qualificação do prestador, os parâmetros de necessidade e cobertura definidos pela Rede Atenção à Saúde da **SMSTF**, e o histórico da execução de contratos anteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

26. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, ou descumprimento das normas da **SMSTF** em vigor, este poderá ser rescindido em qualquer tempo, através de ato formal e unilateral da **SMSTF**, nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CONTRATADO**, desde que fique assegurado a pacientes porventura sob atendimento na data da rescisão, o tratamento devido nas mesmas condições estipuladas no presente contrato.
- 26.1. No caso da rescisão prevista no item anterior, a **SMSTF** deverá comunicar ao **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao **CONTRATADO** quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
27. A **SMSTF** poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso extrajudicial, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por ato unilateral, reduzido a termo, precedido de decisão escrita e fundamentada pelo Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
28. As partes poderão rescindir o contrato amigavelmente, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por acordo reduzido a termo precedido de decisão escrita e fundamentada do Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
29. A ausência da prestação de serviços do **CONTRATADO** aos usuários do **SMSTF**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ininterruptos, poderá implicar, após avaliação técnica sobre a conveniência da manutenção do credenciamento, em rescisão parcial ou total deste contrato, mediante simples aviso extrajudicial.
30. Em caso de rescisão contratual, fica assegurada aos usuários a continuidade do tratamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas condições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

61. A **SMSTF** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do setor responsável pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
62. A **SMSTF** reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes deste Contrato ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) ao **CONTRATADO** das faturas que tenham sido aprovadas.
63. Este instrumento poderá ser modificado por meio de aditamento, pela **SMSTF**, sempre que ocorrer alteração no “modelo padronizado” do Contrato de Adesão adotado pela **SMSTF**, ou para a inserção de circunstâncias especiais pertinentes a tratamento e/ou serviços complementares específicos do objeto ora contratado.
64. A **SMSTF** se reserva o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.
65. O **CONTRATADO** proporcionará todas as facilidades e acessos necessários ao pessoal que a **SMSTF** designar para exercer a função fiscalizadora que lhe é facultada, bem como a qualquer outro servidor do **SMSTF** no desempenho de suas funções, respeitados os preceitos éticos.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

66. A fiscalização de que trata os itens 4 e 5 terá por objeto as condições para prestação dos serviços e o controle da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela normalidade e eficiência técnica da prestação assistencial e fornecimentos realizados.
67. A fiscalização realizada pela **SMSTF** não elidirá nem reduzirá a responsabilidade do **CONTRATADO**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência jamais implicará corresponsabilidade do **SMSTF**.
68. O **CONTRATADO** se obriga a permitir a revisão do prontuário do usuário-paciente por ele assistido, que somente poderá ser feita dentro das dependências do mesmo, por equipe multiprofissional de auditoria do **SMSTF**, devidamente apresentada por escrito como tal, não sendo permitida a extração de cópia dos prontuários dos pacientes, mesmo que parcial, por razões de sigilo médico, exceto nos casos de autorização escrita do respectivo paciente, com firma reconhecida.
69. O **CONTRATADO** permitirá a verificação de instalações e equipamentos nas dependências do estabelecimento e auditoria comprobatória de qualidade de atendimentos.
70. As partes se autorizam reciprocamente a divulgar a formalização do presente credenciamento.
71. A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros contratos de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre a **SMSTF** e o **CONTRATADO**, ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.
72. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

6. Para dirimir dúvidas de interpretação ou execução do presente instrumento contratual, as partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato e seu anexo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que a tudo viram e assistiram, obrigando-se ao seu integral e fiel cumprimento.

Teixeira de Freitas, 02 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RODRIGO KUADA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

KL2S SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA-ME

SIMONE LIGIA SOUZA TEIXEIRA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
CPF: _____

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

CONTRATO Nº 3-706-2017
CRENCIAMENTO Nº 004/2017-SMS

CONTRATO DE CRENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS e MANOEL DOS PASSOS GALVÃO FILHO, nos seguintes termos:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - SMSTF, com sede na Avenida João Paulo II, nº 680, Bairro Vila Caraípe, CNPJ 13.843.896/0001-12, doravante designado **CONTRATANTE** e representado pelo Secretário Geral **RODRIGO KUADA SOARES**, brasileiro, CPF nº 043.200.526-92, carteira de Identidade 29.553.915-X, conforme **Delegação de Competência**, e do outro lado, o Sr. **MANOEL DOS PASSOS GALVÃO FILHO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.882.505-72, portador da Carteira de Identidade nº 1.096.647 SSP-BA, residente a Estrada de Pedra do Embuque, nº 431, Cond. Marina Buranhem, casa 24, bairro Campinho, Porto Seguro-BA, de conformidade com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, o art. 218 da Lei Delegada 180, de 20/01/2011; art. 85 da Lei Complementar 64/2002; as normas gerais da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e suas posteriores modificações; o reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no "caput" do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, formaliza a celebração do presente Contrato de Credenciamento para prestação de serviços de saúde, e se declara devidamente autorizado de conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Ato Constitutivo, têm por si justo e acordado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

7. Constitui objeto do presente Contrato a **seleção de pessoas físicas ou jurídicas para credenciamento de serviços médicos especializados exclusivamente como plantonistas juntos às unidades de saúde geridas pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município: Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Hospital Municipal Materno Infantil (UMMI) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) relacionados no anexo I deste edital pelo CONTRATADO**, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no **Sistema Único de Saúde (SUS)**, doravante denominados simplesmente usuários, que passam a usufruir os serviços ora contratados.

- 1.19. Pela prestação dos Serviços descritos no item anterior, o **CONTRATADO** deverá oferecer as seguintes especialidades e serviços:

ITEM	PRODUÇÃO PLANTÕES MÉDICOS/ PROCEDIMENTOS				
	ESPECIALIDADE	PERFIL	QTDE	VLR UNT	TOTAL
41	CLÍNICA MÉDICA	PLANTÕES 24 HRS – SEG. À SEX	3,5	R\$ 1.700,00	R\$ 5.950,00
43	VISITA CLINICA MEDICA	PLANTÕES	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 10.350,00	

- 1.20. O **CONTRATADO** declara que aceita prestar os serviços, objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeitas a eventuais alterações que venham a ser introduzidas e que se presumirão conhecidas, pelo **CONTRATADO**, quando publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 1.21. Os serviços objeto deste contrato não serão prestados em regime de exclusividade pelas partes, que poderão firmar outros contratos da mesma natureza com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

7. Para fins deste Contrato de Adesão considera-se:
- 7.1. **Usuário ou paciente:** são os indivíduos vinculados ao Sistema Único de Saúde, pela SMSTF;
- 7.2. **Glosa:** recusa global ou parcial de procedimentos (inclusive medicamentos e materiais ministrados aos pacientes) e serviços apresentados nas contas que estejam em desconformidade com a tabela SIA-SUS, FIXO, RECURSOS PRÓPRIOS;
- 7.3. **Cartão SUS:** cartão de identificação do usuário emitido nas Unidades Básicas de Saúde e Complexo Regulador, constando seu número de matrícula, válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial;
- 7.4. **Tabela de Procedimentos do SUS:** é o rol de procedimentos cobertos pelo **Ministério da Saúde** na qual constam os valores que serão pagos pelos serviços prestados.
- 7.5. **Conta:** documento que discrimina os atendimentos realizados pelo **CONTRATADO** a um paciente;
- 7.6. **Fatura:** conjunto de contas relacionadas aos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7. São obrigações do **CONTRATADO**:
- 29.1. Garantir aos usuários do **SUS**, a equidade no atendimento e os mesmos padrões técnicos e de serviços médico-hospitalares dispensados a todos os demais pacientes do **CONTRATADO**, utilizando-se de todo seu arsenal tecnológico disponível, quando se fizer necessário.
- 29.2. Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários, conforme atos normativos expedidos pela **SMSTF**, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade única e exclusiva do **CONTRATADO**.
- 29.3. Observar as instruções de caráter técnico e operacional fornecidas pela **SMSTF** na execução dos serviços previstos neste instrumento.
- 29.4. Manter afixado nas unidades de admissão ou atendimento de pacientes, em local visível, "aviso" sobre a existência deste Contrato, contendo instruções resumidas sobre as condições vigentes, tais como serviços e especialidades incluídas.
- 29.5. Estar regularmente habilitado, dentro de sua(s) especialização (ões) a prestar atendimentos aos usuários do **SUS**, conforme contrato e sem qualquer tipo de restrição, desde que estes apresentem a Guia de Autorização regulada pelo complexo regulador e unidades de saúde.
- 29.6. Comunicar a **SMSTF**, por escrito, eventuais mudanças de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, facultando-se a **SMSTF** a realização de vistoria técnica e análise da conveniência em se manter os serviços no novo endereço.
- 29.7. Manter seus dados cadastrais junto ao **SMSTF** devidamente atualizados, informando formalmente a esta secretaria quaisquer alterações imediatamente após a sua ocorrência, para fins de atualização.
- 29.8. Notificar a **SMSTF** de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual, e, notadamente, de qualquer alteração relevante no seu Estatuto, Contrato Social ou Ato Constitutivo.
- 29.9. Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou parafiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, devendo apresentar a **SMSTF**, sempre que esta secretaria julgar necessário, as comprovações dessa regularidade, reservando-se ao **SMSTF** o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 29.10. Não delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados, sob pena de descredenciamento.
- 29.11. Fornecer a **SMSTF**, quando por este solicitado, e mediante acordo quanto ao prazo de entrega, relatórios periódicos ou pontuais que retratem a assistência prestada observada as questões éticas e o sigilo profissional, bem como quaisquer outros que vierem a ser exigidos por força de lei ou regulamentação específica, desde que referentes ao objeto do presente instrumento.
30. O **CONTRATADO** e seu responsável técnico deverão estar comprovadamente em dia com as obrigações pertinentes à inscrição no Conselho Regional de sua categoria profissional.
31. Ao **CONTRATADO** cabe o dever de segurança pelos serviços prestados, na forma deste Contrato, aos usuários do SUS, regulados pela **SMSTF**, inclusive repetindo, sem ônus para o **SMSTF**, qualquer procedimento cujo resultado dê margem à dúvida.
32. O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente a **SMSTF** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo do **CONTRATADO** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
33. É vedado ao **CONTRATADO** utilizar ou permitir que terceiros utilizem usuários do **SUS** para fins de experimentação ou ensino, ressalvando-se no tocante ao ensino, a assistência de "Médico Residente" e/ou "Estagiário" sob **direta supervisão de profissional docente habilitado**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SMSTF

7. São obrigações da **SMSTF**:
 - 1.13. Manter contato permanente com o **CONTRATADO**, no sentido de mantê-lo atualizado quanto a normas, procedimentos e métodos vigentes, observando a antecedência necessária, para a efetiva adequação do **CONTRATADO** aos mesmos.
 - 1.14. Pagar ao **CONTRATADO** os serviços prestados conforme cláusula primeira, de acordo com os termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor, estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF** e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por este expedida(s);
 - 1.14.1. Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado da Bahia e outras determinadas por lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

7. Para prestar o devido atendimento, o **CONTRATADO** deverá exigir do usuário a apresentação da Guia de Autorização e cartão **SUS**, juntamente com documento de identidade legal, com foto.
- 8.1. O **CONTRATADO** é responsável pela identificação do usuário, sob pena do não reconhecimento da despesa realizada e rescisão deste Contrato.
- 8.2. A não apresentação da Guia de Autorização implicará na glosa do atendimento na fatura.
9. Os atendimentos devem ser feitos de forma a suprir as necessidades dos usuários, privilegiando-se os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes e crianças até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

13. Todos os procedimentos, taxas, honorários, produtos farmacêuticos e materiais utilizados durante a prestação dos serviços contratados pela SMSTF serão **de inteira responsabilidade do Contratado**.
14. Não será permitido ao **CONTRATADO**, em nenhuma hipótese, a cobrança de serviços, diárias, taxas, materiais, medicamentos ou honorários médicos, sob qualquer pretexto e/ou forma, dos usuários do **SUS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS

25. Os serviços, objeto deste Contrato de Adesão, que tenham sido regularmente prestados, conforme estipulado neste instrumento, serão pagos ao **CONTRATADO** pela **SMSTF**, de acordo com os respectivos termos, tabelas, limites e condições que estiverem em vigor à época do atendimento,

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

estabelecidos em caráter geral pela **SMSTF**, e sem prejuízo de instrução(ões) específica(s) por esta expedida(s).

26. Observado o regime normativo estabelecido pela **SMSTF**, o **CONTRATADO** apresentará a(s) fatura(s) correspondente(s) aos serviços prestados, para processamento, no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, juntamente com a respectiva documentação complementar que porventura for solicitada pela **SMSTF**, incluindo comprovante de regularidade perante ao FGTS, CNDT e fazendárias federal, estadual e municipal.
27. A(s) fatura(s) apresentada(s) serão processadas pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, ressalvada a hipótese de suspensão e/ou interrupção da revisão técnica e administrativa, ou de processamento da documentação, por motivos administrativos ou técnicos, o que implicará em correspondente prorrogação do prazo.
28. O **CONTRATADO** poderá apresentar suas faturas em uma única remessa mensal ou em remessas menores, obedecendo-se sempre o período de medição dos serviços prestados compreendido entre o dia 1º e 30 do mês corrente, e respeitada a data de apresentação estipulada no item 7.2
 - 46.1. Independentemente do número de remessas enviadas no período, nos termos do item 4, o pagamento será feito mensalmente pela **SMSTF**.
47. Os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados devem ficar arquivados por no mínimo 04 (quatro) anos e à disposição da **SMSTF** para eventuais auditorias.
48. Ressalvadas as hipóteses legais, a **SMSTF** não poderá ser responsabilizada nem arcar com as despesas referentes a procedimentos não autorizados previamente pela **SMSTF**, conforme o que dispõe o presente instrumento de contrato.
49. Os critérios, documentação, condições e prazos relativos às faturas poderão ser alterados por Portaria do secretário da **SMSTF**.
50. Fica a **SMSTF** autorizada a rever as faturas emitidas pelo **CONTRATADO**, por até 01 ano após o término do contrato, podendo, com o objetivo de promover a regularização da situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir, em fatura que for devida ao **CONTRATADO**, qualquer quantia indevidamente cobrada e/ou recebida.
51. O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pela **SMSTF** após recebimento da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por meio de depósito na conta corrente do **CONTRATADO**, conforme indicado por ele no momento da contratação.
52. O **CONTRATADO** deverá encaminhar as notas fiscais relativas aos serviços faturados e processados pela **SMSTF** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da **SMSTF**.

CLÁUSULA OITAVA: DAS GLOSAS

7. As faturas apresentadas pelo **CONTRATADO** passarão por análise técnica e conferência administrativa pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, a fim de verificar a conformidade da documentação, dos padrões estabelecidos, dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico.
 - 7.1. Constatada inconsistência administrativa ou técnica na análise de que trata o item 1, as respectivas despesas serão objeto de glosa fundamentada, conforme definição constante da Cláusula Segunda, inciso 1.2.
 - 7.2. O **CONTRATADO** poderá apresentar recurso às glosas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pagamento, acompanhado dos documentos respectivos à conta glosada, sob pena do não conhecimento do recurso.
 - 7.3. O recurso de Glosa apresentado tempestivamente pelo **CONTRATADO** será analisado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento.
 - 7.4. Da análise do Recurso de glosa, poderá ser identificado:

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

- 7.4.1. Glosa Indevida – A **SMSTF** solicitará ao **CONTRATADO**, nota fiscal e demais documentos necessários para a realização do pagamento.
- 7.4.2. Glosa Mantida – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório da análise com a motivação da manutenção da Glosa.
- 7.4.3. Glosa a Menor – A **SMSTF**, encaminhará ao **CONTRATADO** relatório identificando pagamento indevido, motivando a realização de encontro de contas, na próxima fatura apresentada.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

- 7. As penalidades decorrentes da infração ao disposto no presente instrumento serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida e os danos que dela provierem para a **SMSTF** ou seu usuário, sem prejuízo de quaisquer responsabilidades penais ou civis decorrentes de dolo ou culpa do **CONTRATADO**.
 - 29.1. Fica assegurado ao **CONTRATADO**, em qualquer caso, o devido processo legal e o exercício do direito de defesa.
- 30. Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas pela **SMSTF**, individual ou cumulativamente, a seu critério:
 - a) advertência escrita
 - b) “multa-dia”
 - c) ressarcimento das despesas pagas pela **SMSTF** a outro prestador em decorrência da negativa de atendimento do **CONTRATADO**.
 - d) rescisão.
 - 30.1. A “multa-dia” corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) “multa-dia”, facultando-se a **SMSTF** deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao **CONTRATADO**.
- 31. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **SMSTF** de exigir o ressarcimento integral pelas perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.
- 32. A **SMSTF** poderá optar diretamente pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.
- 33. Verificada divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo **CONTRATADO**, a **SMSTF** terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

- 7. O presente contato terá sua vigência entre 02 de outubro de 2017 e 31 de outubro de 2017, estando o mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo art.57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19. O valor estimado do presente Contrato, para o período de vigência estabelecido na Cláusula Décima, é de R\$ 10.350,00 (Dez mil, trezentos e cinquenta reais), podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados e segundo os preços de remuneração constantes das tabelas do **SUS**.
- 20. Os recursos para atender às despesas resultantes deste Contrato, correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, constante do presente orçamento, e para os exercícios subsequentes, pela(s) dotação(ões) descrita(s) abaixo, para atender obrigações da mesma natureza, se for o caso.

ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA:

03.13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

PROJETO ATIVIDADE:

14.202 - GESTÃO DAS AÇÕES – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
2.207 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

21. O valor de que trata o item 1 considera a população a ser atendida, a qualificação do prestador, os parâmetros de necessidade e cobertura definidos pela Rede Atenção à Saúde da **SMSTF**, e o histórico da execução de contratos anteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

31. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, ou descumprimento das normas da **SMSTF** em vigor, este poderá ser rescindido em qualquer tempo, através de ato formal e unilateral da **SMSTF**, nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CONTRATADO**, desde que fique assegurado a pacientes porventura sob atendimento na data da rescisão, o tratamento devido nas mesmas condições estipuladas no presente contrato.
 - 31.1. No caso da rescisão prevista no item anterior, a **SMSTF** deverá comunicar ao **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao **CONTRATADO** quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
 32. A **SMSTF** poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso extrajudicial, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por ato unilateral, reduzido a termo, precedido de decisão escrita e fundamentada pelo Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
 33. As partes poderão rescindir o contrato amigavelmente, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por acordo reduzido a termo precedido de decisão escrita e fundamentada do Secretário de Saúde ou pessoa por ele indicada.
 34. A ausência da prestação de serviços do **CONTRATADO** aos usuários do **SMSTF**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ininterruptos, poderá implicar, após avaliação técnica sobre a conveniência da manutenção do credenciamento, em rescisão parcial ou total deste contrato, mediante simples aviso extrajudicial.
 35. Em caso de rescisão contratual, fica assegurada aos usuários a continuidade do tratamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas condições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

73. A **SMSTF** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do setor responsável pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
74. A **SMSTF** reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos, objetivando evitar que as despesas resultantes deste Contrato ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) ao **CONTRATADO** das faturas que tenham sido aprovadas.
75. Este instrumento poderá ser modificado por meio de aditamento, pela **SMSTF**, sempre que ocorrer alteração no “modelo padronizado” do Contrato de Adesão adotado pela **SMSTF**, ou para a inserção de circunstâncias especiais pertinentes a tratamento e/ou serviços complementares específicos do objeto ora contratado.
76. A **SMSTF** se reserva o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.

Teixeira de Freitas - BA, segunda-feira, 02 de outubro de 2017, Nº 2817 | Caderno 17

77. O **CONTRATADO** proporcionará todas as facilidades e acessos necessários ao pessoal que a **SMSTF** designar para exercer a função fiscalizadora que lhe é facultada, bem como a qualquer outro servidor do **SMSTF** no desempenho de suas funções, respeitados os preceitos éticos.
78. A fiscalização de que trata os itens 4 e 5 terá por objeto as condições para prestação dos serviços e o controle da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela normalidade e eficiência técnica da prestação assistencial e fornecimentos realizados.
79. A fiscalização realizada pela **SMSTF** não elidirá nem reduzirá a responsabilidade do **CONTRATADO**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência jamais implicará corresponsabilidade do **SMSTF**.
80. O **CONTRATADO** se obriga a permitir a revisão do prontuário do usuário-paciente por ele assistido, que somente poderá ser feita dentro das dependências do mesmo, por equipe multiprofissional de auditoria do **SMSTF**, devidamente apresentada por escrito como tal, não sendo permitida a extração de cópia dos prontuários dos pacientes, mesmo que parcial, por razões de sigilo médico, exceto nos casos de autorização escrita do respectivo paciente, com firma reconhecida.
81. O **CONTRATADO** permitirá a verificação de instalações e equipamentos nas dependências do estabelecimento e auditoria comprobatória de qualidade de atendimentos.
82. As partes se autorizam reciprocamente a divulgar a formalização do presente credenciamento.
83. A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros contratos de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre a **SMSTF** e o **CONTRATADO**, ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.
84. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

7. Para dirimir dúvidas de interpretação ou execução do presente instrumento contratual, as partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato e seu anexo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que a tudo viram e assistiram, obrigando-se ao seu integral e fiel cumprimento.

Teixeira de Freitas, 02 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MANOEL DOS PASSOS GALVÃO FILHO

RODRIGO KUADA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

MANOEL DOS PASSOS GALVÃO FILHO
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
CPF: _____